

MUNICÍPIO DE LAGOA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA

-----Ata n.º 05/2022-----

-----1ª Sessão Ordinária de 2022-----

-----23 de fevereiro de 2022-----

----- Ao vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Lagoa em Sessão Ordinária, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa, **José Manuel Correia Águas da Cruz**, coadjuvado por Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato e Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes, respetivamente 1º Secretário e 2ª Secretária.-----

-----A Câmara Municipal de Lagoa esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Luís António Alves Encarnação	Presidente da Câmara Municipal (PS)
Anabela Simão Correia Rocha Correia Rocha	Vice-Presidente da Câmara Municipal (PS)
Rita da Conceição Ruivinho	Vereador sem pelouro (MLP)
Ana Cristina Tiago Martins	Vereadora (PS)
Rúben Patrício Infante Palma	Vereador (PS)
Mário José Costa Vieira	Vereador sem pelouro (PSD)
Mário Fernando Rodrigues Guerreiro	Vereador (PS)

-----Estiveram presentes os seguintes Membros Municipais:-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA	FORÇA POLÍTICA
José Joaquim Barroso Alves Pinto	Movimento Lagoa Primeiro
José Inácio Marques Eduardo	Partido Social Democrata
Luís Pedro Vieira Ribeiro	Partido Socialista
Carlos Manuel dos Reis Ramos	Partido Socialista
António José Neves Nobre	Partido Socialista
Rute Alexandra Barroso Sobreira	Movimento Lagoa Primeiro
Maria de Lurdes Rego Alemão	Chega
Joaquim José Martins Cabrita	Partido Social Democrata

Ricardo Jorge Braz da Silva	Partido Socialista
Carla Isabel de Jesus Serol	Partido Socialista
Sónia Cristina Afonso Silva	Partido Socialista
Diamantino José Ernesto Ruivinho	Movimento Lagoa Primeiro
Elsa Maria Vieira Mendes	Partido Socialista
João Patrício Amaro Rocha	Partido Social Democrata
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Bloco de Esquerda
Tiago Manuel Valdire Lopes	Partido Socialista
Carlota Dolores Cardoso Andrade	Coligação Democrática Unitária
Vitor Manuel Gonçalves dos Santos	Partido Socialista
Joaquim João Lopes Paulo	Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro (Partido Socialista)
Joaquim Dimas Neto Varela	Presidente da União de Freguesias de Estômbar e Parchal (Partido Socialista)
Luís José Soares Bentes	Presidente da Freguesia de Porches (Partido Socialista)
Luís Filipe dos Santos Alberto	Presidente da Freguesia de Ferragudo (Partido Socialista)

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, desejou boa noite e deu as boas vindas à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2022, saudando em seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e os senhores Vereadores, as senhoras e senhores Deputados Municipais, os cidadãos presentes na sessão, com uma saudação e agradecimento muito especiais aos técnicos e demais funcionários do município presentes, que os assistem na realização daquela Assembleia Municipal. Atendendo à declaração de situação de alerta no âmbito da pandemia da doença Covid-19, em todo o território Continental, até às 23h e 59m do dia 7 de março de 2022, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25-A/2022, de 18 fevereiro, e a consequente alteração das medidas sanitárias aplicáveis, a presente sessão foi realizada presencialmente devendo apenas ser observado o uso obrigatório de máscara e a higienização das mãos. Advertências gerais como habitualmente: a Mesa recomendou que fossem desligados os telemóveis ou colocados em modo silêncio, por forma a não interferir no normal

funcionamento da sessão, nem na qualidade da gravação. Que a presente sessão seria gravada em suporte áudio, para apoio à elaboração da ata, não sendo permitido o registo de som e imagem, exceto para os Órgãos de Comunicação Social. Informou ainda que os microfones em uso na sessão não deveriam passar de mão em mão sem previamente serem higienizados, após cada utilização, pelas assistentes de sala. Feitas as recomendações, foi ainda referido o cuidado de manterem o distanciamento físico entre cada um dos membros da Assembleia de um lugar, apesar de não ser obrigatório, mas por uma questão de precaução, entendeu a Mesa que seria prudente fazê-lo. Feitas estas advertências e recomendações declarou-se aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2022 e deu-se início à Ordem de Trabalhos.-----

***I – Período de Intervenção dos Cidadãos.***

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou estarem inscritos para o uso da palavra neste período a Maria do Carmo Cândido e o Bruno Silva, dando de seguida a palavra aos cidadãos inscritos por esta ordem. Antes do início da intervenção chamou-se a atenção que cada um dos cidadãos intervenientes na sessão teria o máximo de cinco minutos para fazer a sua alocação, para expor a questão à Assembleia. Deu-se, em seguida, a palavra à cidadã Maria de Fátima Cândido.-----

-----No uso da palavra a cidadã **Maria de Fátima Cândido** realizou a seguinte intervenção: «Boa noite a todos. Só queria perguntar ao senhor Presidente e à senhora Vice-Presidente, visto que em janeiro eu perguntei ao senhor Presidente por causa de uns concursos de casa que vieram no ano passado, e o senhor Presidente disse que ao fim de 15 dias os Editais estavam prontos, e gostaria de saber se já há novidades sobre os concursos das casas. Eu tinha duas perguntas, esta é a primeira. E em outubro do ano passado eu fiz um pedido de patrocínio para a minha filha ir ao Perú. Entretanto, já enviei quatro e-mails, foram respondidos mas, até à data, ainda não tive se foi positivo ou negativo a decisão. Era só isso.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu o uso da palavra ao cidadão Bruno Silva.-----


-----Tomou a palavra o cidadão **Bruno Silva** proferindo a seguinte intervenção: «Boa noite, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores e senhoras Vereadoras, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes membros, senhores Deputados e senhoras Deputadas Municipais. O meu nome é Bruno Silva e sou deputado na União de Freguesias de Estômbar e

Parchal pelo Partido Chega e o que me traz aqui hoje são dois temas pertinentes sobre a minha freguesia e irei vir cá durante o mandato deste Executivo, todas as Assembleias irei estar presente. Irei trazer aqui dois problemas. Um tem a ver com a saúde, o outro tem a ver com a habitação. Irei falar do primeiro, da saúde. A saúde, é que o centro de saúde do Parchal está completamente abandonado. Eu trago aqui umas fotos para todos falarmos a mesma linguagem e gostaria que passasse a todos os partidos que estão aqui presentes e mesmo o Movimento para falarmos todos a mesma linguagem. E é uma vergonha em pleno século XXI e eu gosto muito do meu concelho e é um concelho bom para viver, mas a nível de saúde deixa muito a desejar. Há uma cópia para entregar ao senhor Presidente da Câmara, ao senhor Presidente da Assembleia e aos restantes partidos. Como é que é possível em pleno século XXI não existirem médicos de família, não existirem enfermeiros, mas o que me indigna mais é que na freguesia vizinha, conforme tenho aqui na publicação, na freguesia de Ferragudo que diz o seguinte no dia 21/01 “o centro de saúde de Ferragudo não tem médico de família desde o início do ano. Fruto das sinergias criadas pelo município de Lagoa, Junta de Freguesia de Ferragudo e ARS conseguiu-se, uma vez mais, resolver a situação dotando de médico a extensão do centro de saúde de Ferragudo. A minha pergunta é simples: porque é que Ferragudo tem e o Parchal não tem. É simples. Eu dou os parabéns ao Luis Alberto por ter conseguido este feito, mas gostava que o meu Presidente da Junta tivesse a mesma proatividade que o Luís Alberto tem na Junta de Freguesia dele e resolvêssemos este problema. Podem ver como é que está o estado interior, para quem tem conhecimento, tem fotos do interior do centro de saúde. Chove lá dentro, meus amigos, é vergonhoso, estão baldes, baldes para apanhar os pingos da chuva, cartão, estão aí as fotos, vejam. Isto é vergonhoso passar-se no concelho de Lagoa. Tenho aqui, isto é, em relação ao centro de saúde, isto é uma coisa para ser feita amanhã. Eu tenho uma solução ou uma ideia se depois se o senhor Presidente da Câmara resolver me ouvir, a gente partilha e partilho qual é a minha ideia, é uma ideia que se faz no resto do país, é uma ideia que trabalha, que não dá assim tanta dor de cabeça como dá os centros de saúde e depois faço essa partilha com o senhor Presidente da Câmara. O outro assunto que me traz aqui, queria dar também os parabéns, ao final de 8 anos e 4 meses, lá resolveram a criar um acesso à mobilidade reduzida da estrada do passeio e do passeio para o centro de saúde. É uma coisa, agora falta criar o toldo para a proteção do sol e da chuva à entrada. O outro assunto que me traz aqui tem a ver com a habitação. No dia 10 de novembro de 2021, deste ano, estive nesta Assembleia Municipal para falar sobre o Edital n.º 47/19, processo este, que a dona Delores Sebastião, moradora da rua António Júdice Magalhães Barros, n.º 17, Mexilhoeira da Carregação, está a tentar resolver desde o dia 26/02/2015, ouviram bem, 26/02/2015. Isto não é um problema deste Executivo, este não é um problema do Executivo passado, este já é um problema que já vem desde 2015

para ser resolvido. Todos os que estamos aqui presentes na sala somos culpados, inclusive eu. O que é que foi feito até à data? Simplesmente foi mudar o Edital de 47/19 para 81/2021. Isto foi o que foi feito até à data. Enquanto Deputado do Chega na Assembleia da União de Freguesias de Estômbar e Parchal, e procurando sempre defender os interesses de quem me pede ajuda, gostaria de saber em que ponto de situação se encontra o Edital n.º 81/2021. Passado já 45 dias do Edital fixado, de 81/2021, quantos dias mais vão ser necessários para resolver esta situação grave? Também questiono se a Câmara opta por uma política de reação em vez de prevenção, ou seja, será mesmo necessário ocorrer algum acidente para que algo seja feito? Faço um convite a todos os Deputados Municipais a visitarem o local para verem, para tirarem as vossas conclusões. Vou só deixar aqui uma nota, eu vou deixar aqui uma nota aos senhores quatro Presidentes das Juntas que é, a principal competência de um Presidente de Junta, é zelar pelo bem-estar, pela segurança e pela saúde da sua população. Obrigado e boa noite.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** para responder às questões colocadas pelos cidadãos.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** cumprimentou os presentes e agradeceu aos funcionários da autarquia pela disponibilidade e contributo para que a Assembleia se possa realizar dentro dos princípios democráticos que regem o país e também aos membros do público presentes e aos que os ouviam em casa. Agradeceu também a presença da munícipe Maria de Fátima Cândido e do munícipe Bruno Silva, pelas perguntas e participação, pois é a participação dos cidadãos que enobrece e fortalece a democracia participativa. Relativamente às questões que foram colocadas, disse que os concursos de habitação, era verdade que a Fátima enviava mensagens, às quais ia respondendo e fazendo um ponto de situação. A data que lhe deu era uma data indicativa, ainda não terminaram o procedimento, porque ainda não existem condições para o terminar, desde logo porque, entre outras, algumas das habitações a ser atribuídas, algumas ainda não estão em condições de poderem ser entregues e uma delas até está ocupada e, portanto, não pode ser alvo de um procedimento, enquanto isso não estiver resolvido, não poderão divulgar e não podem dizer qual foi o resultado final do procedimento concursal. Quanto ao pedido de apoio que fez para a sua filha, teve a informação de que estava em apreciação nos serviços respetivos e, muito em breve, levariam à reunião de Câmara, uma decisão positiva ou uma decisão negativa. Teria de aguardar mais uns dias porque estava, de facto, a ser apreciado. Relativamente às questões colocadas pelo munícipe Bruno Silva, começou



por dizer que o problema da extensão de saúde de Ferragudo e da extensão de saúde do Parchal eram exatamente iguais e o que o município fez, confirmando haver uma publicação no *Facebook* que viu naquele momento, relativamente a um foi exatamente a mesma coisa que fez em relação ao outro, pelo que naquela matéria, tanto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferragudo como o senhor Presidente da União de Freguesias de Estômbur e Parchal têm sido parceiros atentos naquela matéria e, muitas vezes, até é a própria Câmara que os alerta para essa situação. Era verdade que têm uma dificuldade em médicos de família, isso era claro e seria bom que fosse só em Lagoa, no sentido de que muito provavelmente a região e o país não teriam os problemas que têm, mas há uma falta generalizada de médicos, é uma questão estrutural, não é conjuntural, não está nas mãos do Executivo o poder de resolver porque não faz parte das competências nem das autarquias, das Juntas de Freguesia nem das Câmaras Municipais, sendo um problema muito mais amplo. Aquilo que lhes cabe naquela matéria fazer é aquilo que têm feito e que é reivindicar, pressionar, fazer ver aos responsáveis na matéria que é importante que duas freguesias, que têm realidades diferentes, Ferragudo, em termos populacionais, mais pequena mas com uma população, de alguma forma, já com uma pirâmide etária invertida e que precisa muito de cuidados médicos primários e, portanto, têm feito essa participação e têm tido reuniões várias, o Parchal, um pouco diferente, mas também com os mesmos problemas, também com uma população que necessita desses apoios primários de saúde, mas uma população muito mais heterogénea, muito mais vasta do que propriamente Ferragudo. E está na resolução as duas Freguesias e as duas extensões de saúde em pé de igualdade, porque reuniram com o senhor Presidente da ARS Algarve e os contactos que têm feito com os vogais da ARS Algarve é no sentido de se encontrar soluções, quer para uma quer para outra, e quando há uma solução para Ferragudo também uma solução para o Parchal. Não tem sido fácil, porque muitas vezes a ARS acaba por recorrer a prestadores que prestam serviços de saúde, contrata empresas que, por sua vez, contratam médicos, que vão uma semana e julgam que têm o problema resolvido e a seguir voltam a perceber que o problema ainda não está resolvido e é preciso fazer uma enorme pro atividade junto da ARS para garantir que se consegue esses cuidados de saúde primários. O centro de saúde Lagoa já tem uma unidade de saúde familiar, uma USF, que conseguiu assim dar resposta a cerca de 11 000 munícipes, 11 000 utentes. A promessa que tiveram quando reuniram com o centro de COACES Barlavento, e quando se decidiu criar a USF de Lagoa, foi que a seguir seria criado também uma USF na parte mais ocidental do concelho e, portanto, para as freguesias de Estômbur e Parchal e de Ferragudo, que permite, por exemplo, ter mais cerca de 10 a 11000 utentes e que já poderiam ter cerca de 22 000 utentes o que, se tiverem em conta aquilo que são, de acordo com os Censos, o total dos habitantes do concelho de Lagoa 23 717, poderiam fazer uma cobertura global daquilo que é



ter um médico de família e, sobretudo, mais importante do que ter um médico de família, ter acesso aos cuidados primários de saúde que são fundamentais, e cobrirem todo o concelho, é nisso que estão a trabalhar mas, naturalmente, que a Câmara e as Juntas de Freguesia, aquilo que podem fazer nesta fase, porque não é da sua competência, é pressionar, procurar fazer ver a quem tem essa responsabilidade, e concordava inteiramente com o Bruno, pois não era aceitável que, no final do primeiro quartel do século XXI, situações dessas ainda aconteçam e, nesse aspeto, estavam em perfeita sintonia. Relativamente às condições da extensão de saúde do Parchal, referiu já lá ter ido, juntamente com os seus técnicos, no presente mandato, três vezes. Acrescentou ainda que a última intervenção que foi feita na extensão de saúde do Parchal que se lembrasse, foi quando ele próprio foi Presidente da Junta de Freguesia do Parchal e puseram lá o ar condicionado e a próxima que será feita na extensão de saúde do Parchal, há de ser a intervenção que a autarquia vai fazer, a partir do dia 1 de abril quando ficarem com a competência dos centros de saúde, porque ainda não a têm. Mas no mandato anterior tiveram o cuidado de estabelecer protocolos com a ARS Algarve que lhes permitisse, nos termos da lei, poder fazer intervenções na extensão de saúde de Ferragudo, na extensão de saúde do Parchal, na extensão de saúde de Estômbar e de Porches porque, de acordo com a realidade, o centro de saúde de Lagoa não é propriedade da autarquia, mas sim da ARS Algarve, assim como a extensão de saúde de Carvoeiro, sendo que essa está em condições. Assim, a partir do dia 1 de abril o centro de saúde de Lagoa, o edifício seguramente há de ser pintado, pois a última vez que levou tinta foi quando foi construído e quando foi inaugurado assegurando que, desde então, não levou com mais nenhuma lata de tinta, mas quando a competência passar a ser da Câmara, seguramente, que terão de intervir por ser essa a missão e era essa a particularidade das autarquias que, sendo propriedade das mesmas e tendo essa responsabilidade, não vai deixar que o centro de saúde de Lagoa fique no estado em que está. Bem como o do Parchal. Conhecem perfeitamente aquilo que o Bruno descreveu, mas não possuem competência no presente para lá intervir, pois essa competência será a partir do dia 1 de abril, pois trabalharam a questão dos protocolos, mas eles nunca foram ratificados e agora também não fazia sentido esperar pela sua ratificação para poderem intervir nas extensões de saúde quando elas vão passar a ser propriedade da autarquia e, por conseguinte, ficará legitimada a intervenção da autarquia. Em relação à extensão de saúde do Parchal, disse que têm um projeto que implica a ampliação das instalações e a criação de um primeiro andar para terem outras valências naquela extensão de saúde. Terminou referindo que estava disponível para todas as ideias que o munícipe Bruno Silva tivesse para apresentar, fazendo muito gosto nisso para os serviços poderem apreciar e, se forem úteis e exequíveis, terão todo o gosto em acolhê-las.»-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu os esclarecimentos prestados e, terminado o Período de Intervenção dos Cidadãos, passou-se ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

**II – Período de Antes da Ordem do Dia:-----**

- **Leitura do expediente.-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu conta de que todos deveriam ter recebido o expediente que foi enviado durante aquela tarde, com toda a informação e correspondência expedida e recebida na Assembleia Municipal desde a última sessão, de 29 de dezembro, até à presente data, tendo a Mesa proposto que fosse dispensada a leitura do expediente. Não se tendo verificado oposição, considerou-se aprovada a dispensa da leitura do expediente entrado nos serviços de 29 de dezembro até a data de 23 de fevereiro.-----

- **Substituição de Deputados Municipais.-----**

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal os seguintes pedidos de substituição: a senhora Deputada Municipal **Telma Isabel Alberto Diana** foi substituída pelo senhor Deputado Municipal **João Patrício Amaro Rocha**; o senhor Deputado Municipal **Victor Manuel Grade Martins Sobral** foi substituído pela senhora Deputada Municipal **Sónia Cristina Afonso Silva**; a senhora Deputada Municipal **Maria Licínia Mendes Lourenço** foi substituída pelo senhor Deputado Municipal **António José Cabrita Neves Nobre**; o senhor Vereador **Francisco José Malveiro Martins** foi substituído pelo senhor Vereador **Nuno Dinis da Encarnação Amorim** que, por sua vez, foi substituído pela senhora Vereadora **Rita da Conceição Rocha dos Reis Ruivinho**, registando-se a ausência da Deputada Municipal da CDU naquela sessão.-----

- Aprovação da Ata nº 02/2021 da Sessão Extraordinária do dia 10 de novembro de 2021;

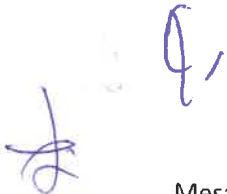
-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, questionou se alguns dos senhores Deputados Municipais tinha alguma correção, reparo ou retificação a fazer em relação à ata e, não havendo qualquer reparo, passaram à sua



aprovação. Assim, a ata n.º 2/2021, referente à segunda sessão extraordinária de 10 de novembro de 2021 foi aprovada por **unanimidade**.-----

- **Intervenções dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações bem como a apresentação e discussão de assuntos gerais de interesse para o Município.**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou não ter dado entrada até à hora regimentalmente prevista qualquer moção ou recomendação nos serviços da Assembleia Municipal, pelo que não teriam qualquer moção ou recomendação a ser discutida naquela sessão ordinária. Assim, passou-se à apresentação dos assuntos gerais de interesse para o município. Desde logo, enquadrado no Período de Antes da Ordem do Dia, informou a Assembleia que, no dia 19 de fevereiro de 2022, no sábado transato, participou, na qualidade de representante da Assembleia Municipal de Lagoa, no 3.º Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais, que teve lugar na Covilhã, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior. Tratou-se de um Congresso eletivo em que foram eleitos os órgãos sociais da ANAM - Mesa do Congresso, Conselho Geral, Direção e Conselho Fiscal -, sendo que o tema dominante naquele Congresso foi a Regionalização. “Regionalização – O Poder Local e a Governação Multinível”, foi o tema do debate, que teve como oradores José Luís Carneiro, Secretário-Geral Adjunto do Partido Socialista, José Manuel Fernandes, Eurodeputado e Cecília Meireles ex-Deputada e, como moderador, o professor Filipe Teles, professor da Universidade de Aveiro. Foram abordadas as várias dimensões da Regionalização, a sua associação ao processo de descentralização em curso e a interdependência entre aqueles dois processos, sendo defendido por alguns dos oradores que o sucesso da descentralização é condição fundamental para o avanço da regionalização. Foram também enunciados alguns obstáculos para a concretização da Regionalização, nomeadamente de carácter prático e a necessidade de se esclarecer as vantagens daquela reforma administrativa do Estado junto da população, tendo aí as Assembleias Municipais um papel absolutamente decisivo para a divulgação desta reforma administrativa do Estado. Por fim, foi abordada a governação multinível e a necessidade de articulação dos vários níveis da administração, administração local, administração central e os órgãos desconcentrados da administração central, por forma a executar os fundos comunitários com ganhos de eficácia e de eficiência, pois esse será o grande desafio que se coloca ao país. O tema voltou a ser glosado na sessão de encerramento pelo Secretário Adjunto do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel. No que se refere à eleição para os órgãos sociais, foi reeleito para Presidente da Direção, Albino Almeida, em representação do município de Vila Nova de Gaia, para a Presidência da



Mesa do Congresso foi reeleito o João Bosco Castro, em representação do município de Machico, para a Presidência do Conselho Fiscal foi reeleito José Alves Duarte, em representação do município de Mafra. O Algarve, por seu turno, viu reforçada a sua representação nos órgãos sociais da ANAM. O Município de Lagoa, por si representado, foi eleito para a Mesa do Congresso, que é, por inerência, a Mesa do Conselho Geral; o Município de Monchique, representado por Carlos Bruno Almeida, foi eleito para a Direção e os Municípios de Faro, representado por Cristóvão Norte, o Município de Lagos, representado por Maria Joaquina Matos, o Município de Loulé, representado por Carlos Silva Gomes, o Município de Vila Real de Santo António, representado por Célia Paz e o Município de Aljezur, representado por Manuel Cristo, foram eleitos para o Conselho Geral da ANAM. A duração do mandato na ANAM é a mesma do órgão autárquico Assembleia Municipal. O comunicado de imprensa relativamente àquele Congresso, bem como a demais documentação, seria oportunamente enviada logo que chegasse aos serviços da Assembleia Municipal. Prestada aquela informação, abriu-se o período de inscrições para os Deputados Municipais que quisessem usar da palavra. Consequentemente, e por ordem de inscrição, foi concedido o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal José Inácio Marques Eduardo cumprimentando todos os presentes. Referiu depois ter um conjunto de cinco perguntas dirigidas ao senhor Presidente e que tinham a ver com água. A primeira era que expusesse o ponto da situação, das reuniões ou reunião que houve com os organismos do Instituto do Ambiente e dos serviços do Ministério do Ambiente, desconhecendo se esteve ou não presente o senhor Ministro, no que concerne à carência e seca no Algarve e que medidas foram preconizadas. A segunda questão referiu-se ao ponto de situação dos procedimentos da Câmara relativamente à substituição das condutas adutoras tendente à redução de perdas. A terceira questão foi sobre o ponto da situação do estudo sobre as perdas. A quarta questão foi quanto às medidas, caso pudesse adiantar, de contingência que o município equaciona ou tenciona equacionar para implementar naquela fase de carência e seca de água. Por fim, a última questão foi quanto ao que podia informar sobre a situação da estação de dessalinização no Algarve, dado que o senhor Ministro adiantou há dias que estava prevista uma estação, a ser construída no Algarve, parece que haverá dinheiro, nomeadamente do PRR ou algo assim e que parece haver um desentendimento dos municípios algarvios relativamente à localização, porque nenhum a quer aceitar. Pelo menos foi isso que foi vinculado pela Comunicação Social, sendo que considerava que o órgão próprio para se saber isso seria aquele, como poderia calcular. Relativamente a outro assunto, e que tinha a ver com o Plano de Desenvolvimento Social

Supraconcelhio do Algarve 22-27, que a AMAL lidera, quis saber que contributos é que o Município de Lagoa deu para esse plano que, no presente, se encontra em discussão pública.---

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra à senhora Deputada Municipal Lurdes Alemão.-----

-----No uso da palavra concedida, a senhora Deputada Municipal Maria de Lurdes Rego Alemão cumprimentou os presentes e disse ter algumas questões, sendo que algumas delas prendiam-se com o ano anterior a 2022 e uma delas dizia respeito um abaixo-assinado que foi entregue na Balcão Único da Câmara Municipal, acerca de estacionamento e de parque na zona da Caramujeira e da praia da Marinha, Benagil e toda aquela zona circundante. Acresce que, até à data, não tinha sido dada qualquer informação acerca disso, pessoas assinaram e questionam porque não recebem resposta, nada foi dito e estando em fevereiro já há movimento naquela zona, vai existir ainda mais, porque vão aparecer mais turistas, algo que era bom porque o Algarve precisa e vive do Turismo, principalmente, mas era preciso haver condições para todos, para os que chegam, para os que ali estão e para os cidadãos e munícipes de Lagoa, algo que até à data não acontece. Não sabia se havia solução para o problema, mas iria aguardar que o senhor Presidente se dignasse a dar uma resposta sobre isso. A segunda questão prende-se com outro problema que diz respeito às crianças daquele concelho e falava principalmente a nível do desporto, tendo já colocado aquela questão ao senhor Presidente através de um e-mail que enviou com aquela questão que, até então, também não tinha sido resolvida. Disse que naquele dia teve aula com Educação Física e viu os seus alunos a bracejar ao calor porque não havia cobertura para proteger do calor. Se estiver a chover da próxima vez que eles tenham ou outras turmas teriam também, não há nada que os proteja da chuva e aquilo acontece na escola básica do Parchal, a do Carvoeiro e a da Mexilhoeira também não tem, assim como Estômbar. A única que sabia que tem era Ferragudo, que tem um pavilhão, ficando contente por eles, mas todos precisam de algo semelhante. Alunos e professores estão sujeitos às intempéries, sujeitos às poças de água que existam nos recintos escolares e, até então, também nada tinha sido feito. As crianças são o futuro pelo que têm que zelar por elas não só naquele aspeto, como em todos. A terceira questão prendeu-se com a iluminação pública e com estradas. Sendo do concelho de Lagoa e ali morando, passa por várias estradas daquele concelho e tem por hábito a reparar que, por exemplo, muita da sinalização que aparece ou para uma determinada localidade, ou para uma determinada praia, estão constantemente tapadas por arbustos, nem se veem. Como conhece, sabe para onde vai e, naturalmente, muitas pessoas dali o farão, mas quem chega de fora pergunta onde fica aquela praia ou localidade, pois os sinais estão completamente tapados, muitos deles. Não há corte de arbustos, nem de árvores e permanecem lá no mesmo sítio onde

2 4,

cresceram e deveriam, na sua modesta opinião, não era de jardinagem, mas pensava que deviam estar visíveis. Outra questão era a das estradas municipais, uma das quais teve de utilizar para ali chegar e repara todos os dias porque passa por ela constantemente e passa por várias, e não estão devidamente pintadas, com os traços contínuos ou descontínuos sinalizadas. Passa por estradas em que não há sequer duas faixas de rodagem e elas estão demarcadas de um lado ao outro, pelo que durante a noite um veículo com um condutor mais incauto, que não veja muito bem para onde vai ou que não se aperceba onde termina a estrada, corre o risco de cair numa das valas.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Joaquim José Martins Cabrita cumprimentando todos os presentes e referindo querer fazer ali uma declaração política, porque achava ser aquele um órgão político, onde estão representados os partidos e forças que concorreram às últimas eleições autárquicas, e teve conhecimento de uma situação que, pessoalmente, lamenta profundamente, mas que, em nome do PSD, também quis mostrar a indignação daquele grupo. O Partido Socialista de Lagoa apresentou uma queixa-crime contra um elemento do PSD, candidato a vereador e membro, neste momento, em substituição já algumas vezes da própria Câmara Municipal. Referia-se ao Doutor Cesário Belém. Alegadamente por um crime de violação de dados relacionado com a última campanha eleitoral e a questão que suscitou com ser supranumerária uma das listas. Julgava ser de uma deslealdade atroz, não esperava isto das eleições e das forças políticas que disputam e competem umas com as outras, mas que pugnam pelo interesse de Lagoa, ainda por cima por duas razões: porque, independentemente, e isso o processo fará valer o que for, não há nenhuns dados pessoais revelados, porque todos os dados que eventualmente estarão no acórdão do Tribunal que apreciou a questão, são os dados dos candidatos que estavam na lista, que são os dados que estavam afixados no Tribunal. O Tribunal é um sítio público, qualquer pessoa pode lá ir ver, pelo que nem considerava que se colocasse a questão mas, ainda que se pusesse, soava a ressabiamento e a ostensiva demonstração de força, porque a queixa se tivesse sido apresentada no calor da campanha, ainda compreendia e, segundo sabia, deu entrada no dia 4 de outubro, ou seja, depois das eleições. Pensava que, ou antes ou depois, ser uma atitude incrivelmente indecente e assegurou que a partir daquele dia, do PSD em Lagoa terão a atitude do respeito formal, mas a atitude do PSD tem que mudar porque quem lhes faz aquilo não podem ficar com a mesma maneira de ser e, da sua parte, lamenta profundamente e passará a agir politicamente estritamente no campo formal, porque constituir arguido uma pessoa que

voluntariamente integra as listas, que disputa as eleições porque todos entram nas eleições para ganhar e todos procuram fazer valer os pontos fortes e os pontos fracos, que fez difundir que uma lista tinha candidatos a mais, que foi um facto evidente e que nem sequer era nada do outro mundo, e sem mais nem ontem, apresentar uma queixa crime e levar à constituição de arguido, ainda que o processo venha a dar em coisa nenhuma, achava isso indecente, politicamente desleal, não é o tipo de comportamento. Para mais e, acima de tudo, não tendo sequer sido dada primeiro, uma oportunidade de dizer “olhe, o senhor retrate-se, cometeu aí uma coisa qualquer, senão fazemos isto” e a seguir faziam, era um “sob pena de”. Segundo, depois de ter apresentado ter dito “olhe, temos muita pena, a gente encontra-se aqui todos os dias, somos todos muito amigos, mas fizemos isto”. Ter guardado silêncio, saber daquilo através do Tribunal, com a constituição de arguido e para ser ouvido pelo Ministério Público, considerava ser absolutamente indecente, quis manifestar ali o seu protesto e dizer que a partir daquele dia o relacionamento é estritamente formal.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Alves Pinto.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Joaquim Barroso Alves Pinto**, cumprimentou todos os presentes e disse que, provavelmente, já outros teriam pensado naquilo, mas escreveram qualquer coisa como o seguinte: «Foi com profunda emoção e consternação, que tivemos conhecimento do falecimento do cidadão Rui Manuel Neves Farinha, conhecido pela sua dedicação à causa dos Bombeiros Voluntários de Lagoa. Pessoa bastante conhecida e respeitada pela sua conduta e dedicação à associação a que pertencia, contribuiu em termos decisivos para a elevação do nome de Lagoa. O concelho de Lagoa e a associação perderam uma personalidade inspiradora e uma das suas figuras de prestígio na comunidade. Neste momento de consternação, o Movimento de Lagoa Primeiro e, estamos certos toda a Assembleia Municipal, apresenta à sua família, à Associação de Bombeiros Voluntários e a todos os seus amigos, as suas sentidas condolências.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu solicitou que fizessem chegar o voto, sendo certo que a questão do voto de pesar deveria ter dado entrada na Mesa, logo no início da sessão, uma vez que já se encontravam na segunda parte da fase da intervenção dos Grupos Municipais. Chamou-se, assim, mais uma vez a atenção ao Movimento Lagoa Primeiro, para tentar observar as regras procedimentais. ---

-----Usou da palavra o senhor deputado municipal **José Inácio Marques Eduardo** para dizer que a bancada do PSD se associava ao voto de pesar. -----


2 4.

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que se passaria à votação do Voto de Pesar pela morte do bombeiro e cidadão lagoense Rui Manuel Neves Farinha. O voto de pesar foi aprovado por unanimidade da Assembleia Municipal. A Mesa fará chegar à família o voto de pesar aprovado por unanimidade naquela Assembleia Municipal. Em seguida, foi concedido o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Diamantino José Ernesto Ruivinho, cumprimentando todos os presentes e começando por declarar que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, na última Assembleia assumiu com o plenário um compromisso de lhes remeter a decisão do Tribunal de Contas relativamente ao Centro Escolar da Mexilhoeira. Aguardavam e colocou a hipótese de ter ocorrido algum lapso e reforçou o desejo de que desse cumprimento, de facto, a essa disponibilidade que mostrou nessa Assembleia. Ao senhor Presidente da Câmara colocou uma questão, que a si lhe tem levantado algumas reservas e, naquela sessão, depois de ouvir falar a senhora Deputada do Chega, suscitou ainda mais reservas e que se relaciona com a forma como é tratada a correspondência que entra na Câmara. Ou seja, gostava de saber, de perceber se um ofício enviado, ou por um grupo de cidadãos ou por um cidadão comum, ou um munícipe ou uma empresa, se vai à reunião de Câmara, em condições é que vai, como é que vai, como é que é tratada porque ainda não entendeu. Já percebeu, lendo algumas atas da Câmara, que cartas que são enviadas à Câmara não vão, mas sim depois dadas como uma informação apensa a uma decisão qualquer. Assim, quis perceber como é que processava. Se dirigem uma carta ao senhor Presidente se, porventura, a carta vai ou não vai ao conhecimento da Câmara, ou se a carta tem que ser dirigida diretamente à Câmara e gostava de perceber para que dúvidas não subsistam relativamente a esse assunto. Disse ainda que o estudo geotérmico ao terreno serve para determinar as suas características para, entre outros fins, as obras de construção civil. Estes estudos são ações preliminares, efetuam-se antes da elaboração de qualquer projeto, seja ele de arquitetura ou de especialidade, já que fornecem informação adequada para que seja elaborada com base no conhecimento do terreno. O facto de se mandar elaborar um estudo geotécnico ao terreno, onde está sem ser edificado o silo de Ferragudo, diz-lhes que não foram adotados os procedimentos mais adequados ao lançamento de uma empreitada de promoção pública. Mandar elaborar um estudo e geotérmico ao terreno, agora que a obra está em curso, é a confirmação de que estão perante a existência de um problema, cujo impacto só mais tarde se verá. A 28 de dezembro de 2021, apresentou um requerimento que foi registado com o número 176, suscitando um conjunto de informação e de documentação, relativamente ao silo de Ferragudo não tendo, até à data, obtido resposta, mas



que aguardava. Não pretendia abordar a questão da construção do Silo de Ferragudo no âmbito da sua necessidade, do seu impacto financeiro, nem tão pouco se constitui ou não a solução mais adequada para o momento. Seria matéria para outra ocasião. Porém, na reunião de Câmara de 8 de fevereiro, na deliberação 151, foi presente para conhecimento, um parecer jurídico com o número 2435 da autoria da senhora Advogada Maria de Lourdes Vaz, cujo ponto 3 passo a citar «Na reunião do Executivo Municipal de 18/01/2006, foi aprovada a alteração ao loteamento 10/2, através do aditamento 4/2008, incidindo sobre a área de cedências a favor do município de Lagoa, no total de 12 500 m<sup>2</sup> e na qual foi aprovada a constituição numa área de intervenção de 1 961,68 m<sup>2</sup> de 10 lotes de terreno destinados à construção de habitação, a custos controlados, 40 fogos, ao abrigo de contratos de desenvolvimento de habitação CDH, permanecendo a área remanescente 19 532 m<sup>2</sup> a continuar a ser propriedade do município de Lagoa, tido conforme o respetivo alvará planta de síntese e memória descritiva e justificativa. Efetivamente, alteração ao loteamento, ao contrário do que diz o parecer, não incidiu sobre uma parcela de terreno cedido ao município com 12 500 m<sup>2</sup>. mas sim com 21 500 m<sup>2</sup>. O parecer diz que numa área de 12 000 m<sup>2</sup> foi aprovada a constituição de 10 lotes de terreno para a construção de 40 fogos, com uma área total de intervenção de 1961,68 m<sup>2</sup>, permanecendo a área remanescente 19 538,32 m<sup>2</sup> a continuar a ser propriedade do município de Lagoa. Ora, de 12 500 m<sup>2</sup>, retirando 1 961,68 m<sup>2</sup>, não podia remanescer uma área 19 538,32 m<sup>2</sup>, uma área que será superior à suposta área inicial do terreno indicada no parecer. Mas, na verdade, o que diz as peças desenhadas e aprovadas na alteração do loteamento em 18/01/2006, quadro-síntese do loteamento aprovado, área total do terreno 21 500 m<sup>2</sup>, arruamentos, passeios e estacionamento 3 857 m<sup>2</sup>, área dos 10 lotes para 40 fogos 1961,68 m<sup>2</sup>, área verde coletiva 15 681,32 m<sup>2</sup>, resultando que da área remanescente de 19 538,32 m<sup>2</sup> a que o parecer jurídico alude, resulta da soma das áreas conjuntas, afetas a arruamentos, passeios, estacionamento e área verde coletiva. Não se percebe porque é que o parecer jurídico evita mencionar a afetação e o registo cada uma destas áreas, tratando-as no seu conjunto, evitando objetivamente mencionar áreas verdes coletivas. Citando o Ponto 4 do parecer jurídico que diz o seguinte «Todo o acervo documental referente ao loteamento em causa, quer na versão inicial, quer na sua alteração posterior, quer a escritura de doação a favor do município de Lagoa, nada dizem, todavia, quanto ao tipo de finalidade concreta específica de equipamento suscetível a ser erigida na parcela cedida no todo ou em parte.» Ora, em boa verdade, também não é isso que consta das peças desenhadas aprovadas, tanto na permissão inicial do loteamento em 31/10/2001, como na versão da alteração feita, aprovada em 18/01/2006. A aprovação feita em 31/10/2001: área total 21 500 m<sup>2</sup>, área de arruamentos, passeio, estacionamento 5 225 m<sup>2</sup>, área dos lotes, sete lotes para habitação 1 575 m<sup>2</sup> mais um lote de 1 100 m<sup>2</sup> para lote o campo de ténis,

totalizando 2 665 m<sup>2</sup>, área verde coletiva 13 600 m<sup>2</sup>. Assim, logo na aprovação inicial do loteamento ficou claro qual o tipo, a finalidade concreta de que podia ser erigível no terreno cedido ao município tal como havia acontecido na alteração ocorrida em 2006. Quanto às alterações e modificações ocorridas em 2006 na comparação com o aprovado em 2001 são: área de terreno igual 21500 m<sup>2</sup>, arruamentos, passeios e estacionamento passou de 5 225 iniciais para 10 857, área dos sete lotes para a construção de 28 fogos 1 515 m<sup>2</sup> para 10 lotes para a construção de 40 fogos numa área de 1 961,68 m<sup>2</sup> área do campo de ténis de 1100 m<sup>2</sup> desapareceu e foi incorporada na zona verde coletiva que, inicialmente, tinha 13 600 m<sup>2</sup> e passou a totalizar 15 681 m<sup>2</sup>. Assim, é claro, que tanto no loteamento aprovado em 2001, como depois na alteração produzida em 2006, não existe qualquer reserva ou dúvida sobre o tipo ou finalidade concreta do que pode ser erigível no terreno cedido ao município de Lagoa e aí não consta qualquer indicação para o equipamento ou lote para edificação de um silo como está a ser construído. Cabe à Câmara de Lagoa, desde logo,; solicitar a reformulação do parecer jurídico emitido por dezindas alterações de acordo com as aprovações reais do loteamento em apreço; conferir se a escritura de loteação traduz a verdade do loteamento aprovado; suspender os trabalhos de construção do silo até clarificação jurídica e administrativa desta situação; emissão de um parecer técnico sobre os prejuízos ou benefícios da alteração da área verde coletiva e do seu impacto nos habitantes do loteamento; emissão de um parecer técnico sobre a necessidade e utilidade de edificação do silo para os habitantes do loteamento.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e disse que pela exaustão da exposição, tinha dúvidas de que conseguissem reter todas as áreas referidas, mas certamente faria chegar a documentação, por escrito, por forma a poder ser dada uma resposta mais completa às questões colocadas. Seguidamente, foi dado o uso da palavra ao senhor 1.º Secretário da Mesa, Pedro Lobato.-----

-----No uso da palavra concedida, o 1.º Secretário da Mesa Pedro Lobato, saudou todos os presentes e referiu ter pedido a palavra como coordenador da Comissão Eventual para as Comemorações do 25 de Abril e para fazer um ponto da situação. A comissão reuniu por duas vezes, uma na tomada de posse e uma segunda, sendo ambas já reuniões de trabalho, onde se alinhavou algumas coisas. A segunda foi uma reunião por videoconferência onde já se estruturou e enquadrou todas as comemorações. Irão seguir o mesmo figurino que têm seguido nos últimos anos, deixando o dia 25 para as iniciativas que são da responsabilidade e implementadas pelas Juntas de Freguesia, Uniões de Freguesia, tecido associativo, clubes, associações e coletividades do concelho. A Comissão propôs para o dia 24 um concerto e a ideia será voltar a pôr de pé o concerto que foi realizado no ano anterior, que só foi transmitido via

*streaming*. Pela sua qualidade, a Comissão achou que devia ser um concerto que devia ser presencial e que será no dia no dia 24. Já no dia 25, no início, o hino nacional e o hastear da bandeira e o bolo de aniversário do 48.º Aniversário do 25 de Abril. No dia 25, as comemorações ficarão da responsabilidade das Freguesias, Uniões de Freguesias e tecido associativo e no dia 27 acontecerá a 7.ª Assembleia Municipal Jovem, sendo que o desafio já foi lançado às escolas e agrupamentos, sobre a temática Lagoa - Cidade Inteligente.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação, para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados Municipais.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação disse serem muitas perguntas e que iria procurar responder a todas sem exceção, mas iniciou por recuar, pois tinha ficado uma pergunta por esclarecer no período de Intervenção dos Cidadãos, pelo que iria aproveitar o momento para esclarecer o cidadão Bruno Silva que colocou uma questão relativamente à habitação na Mexilhoeira da Carregação, da rua Joaquim Magalhães Barros, à qual, lamentavelmente não respondeu e gostava de esclarecer o cidadão Bruno Silva, bem como como toda a Assembleia, que relativamente a essa matéria era verdade que era um assunto que já vinha de 2015 e que, infelizmente, já tem barbas, como se costuma dizer, mas quis explicar ao Bruno que, sobretudo nos últimos dois anos, e pelo menos no último ano, tem sido muito o que têm feito relativamente a essa matéria para resolver definitivamente essa questão. Em primeiro lugar, a questão da substituição do alvará, substituir um antigo que lá estava por um novo, foi porque os serviços de Contencioso e o serviço jurídico de Obras e Urbanismo achou que era prudente que se voltasse a fazer uma nova notificação para assegurar e para acautelar aquilo que é o interesse público porque o caminho que têm que seguir para essa questão é o caminho da posse administrativa e da expropriação e, por isso, é que fizeram um novo Edital, para acautelar os interesses do município e não incorrerem em qualquer tipo de procedimento incorreto. Disse também que uma das primeiras medidas que tomaram foi pedir uma vistoria conjunta dos serviços técnicos da autarquia e da Proteção Civil, para demonstrar se existia ou não ou para, de alguma forma avaliar, se existia ou não perigo quer para habitação contígua, que é a base e a grande preocupação, quer para pessoas e bens que pudessem estar na via pública. O parecer, a informação que obtiveram dessa vistoria conjunta foi no sentido de que não há perigo para a via pública e, portanto nesse aspeto, ficaram um pouco mais descansados mas de alguma maneira, perceberam claramente e isso também estava no relatório, que o facto de a casa não ter telhado, toda a chuva que cai, apesar de não ser

muita, infelizmente, naquela região, tem tendência naturalmente a se infiltrar nas paredes e a provocar prejuízos para a habitação contígua. Na semana anterior, estive com o seu chefe de gabinete, juntamente com um técnico, a tentar descobrir a matriz e mais informação relativamente a esse imóvel que, curiosamente, não tem qualquer tipo de registo na conservatória de registo predial de Lagoa, nem na Autoridade Tributária porque, para fazerem um processo de expropriação, têm que identificar o imóvel e os confinantes e estão com dificuldade, tendo já pedidos uma certidão negativa que é o caminho agora a seguir para poderem fazer em conjunto, quer a posse administrativa, quer a expropriação para que, depois, o investimento que a autarquia tenha que fazer aquele imóvel passe para a Câmara e cujo destino, muito provavelmente, será a construção de habitação, que é o que faz bastante falta ao concelho. Relativamente às questões que foram colocadas pelo senhor Vereador José Inácio informou que, naquele dia, tiveram uma reunião com o senhor Vice-Presidente da APA com o senhor responsável pela APA-ARH do Algarve e, no fundo, uma reunião da subcomissão que acompanha o plano de eficiência hídrica do Alarve e a questão era, precisamente, avaliar a situação em que estão e que é muito preocupante. O IPMA considera 2021 como o ano mais seco de sempre, e o janeiro e fevereiro do presente ano embora, abençoadamente, parece que viria chuva no dia seguinte e até sábado, ou pelo menos era o que estava nas previsões, a verdade é que a situação é muito crítica. O pior problema está no Barlavento, na barragem da Bravura, que tem apenas reservas de água para consumo humano para um ano e a situação do Sotavento é um bocadinho melhor. A área de influência de Lagoa é a zona da bacia hidrográfica do Arade é um pouco melhor, o Funcho e o Arade estão um pouco melhor do que a Bravura, mas estão longe daquilo que é necessário. No seu conjunto a situação era a de que tinham em reserva, 170 hectómetros cúbicos de água, para uma necessidade anual de 120 hectómetros cúbicos, o que não chegará a um a um ano e meio, pelo que é uma situação muito crítica. Depois de ser feita a avaliação, foram apresentadas algumas medidas, mas não podia haver decisão sobre as mesmas porque os autarcas foram confrontados naquele dia com as propostas da APA e o compromisso foi, muito em breve realizarem uma reunião da AMAL para estudar e avaliar as mesmas, sendo que algumas são pacíficas e, naturalmente, serão tomadas, nomeadamente iniciarem já uma campanha de sensibilização para a poupança de água. Naquele dia, o próprio Ministério do Ambiente anunciou que estão reservados, pelo menos, cinco milhões do Governo para essas campanhas, pelo que aquela medida lhe parecia ser perfeitamente consensual. Em Lagoa já se encontravam, inclusive a trabalhar nessas propostas. Outra medida também lhe parecia executável e que era a questão de se desligar as fontes, sobretudo aquelas que não têm um sistema de circulação interna, ou seja, lagos, fontes e tudo o que possa, eventualmente, ter custos adicionais de água para fins não potáveis. Outra medida mais problemática que iria,

naturalmente, ter que ser avaliada pelas autarquias, era a do encerrar as piscinas. Pessoalmente, confessou ter algumas dúvidas que, depois de dois anos de pandemia em que tiveram que tomar diversas medidas, sendo uma delas o encerramento das piscinas e muitas vezes penalizando, quer as crianças, que são os seus principais utilizadores, quer os seniores, a quem recentemente reabriram o serviço, pelo que tem muitas dúvidas relativamente a essa medida. Em todo o caso, o compromisso assumido pela AMAL foi o de reunirem em breve para analisar as propostas e tomar as medidas que forem necessárias, porque não podem, obviamente, ignorar aquela situação preocupante que têm em mãos. Aproveitou a oportunidade para dizer que, no âmbito do PRR, está prevista uma medida extraordinária para o Algarve, com cerca de 200 milhões de euros divididos da seguinte forma: 35 milhões de euros para reduzir as perdas de água no setor urbano, 17 milhões de euros para reduzir as perdas de água no setor agrícola, 5 milhões de euros para a reforma da governança dos resíduos hídricos, 25 milhões de euros para promover a utilização das águas residuais, 75 milhões de euros para aumentar a capacidade de água disponível. Naquele caso, referiam-se à principal medida que foi estudada e decidida e que é trazer água do Guadiana através do Pomarão, depois reforçar o bypass, a interligação que existe entre as barragens do Sotavento e as barragens do Barlavento e, ainda dentro dessa medida, um estudo para perceberem de que forma é que se pode otimizar o nível morto das barragens. Referiu não saber se todos percebiam o que era o nível morto e explicou que a barragem tem sempre um determinado nível em que não é possível captar água, porque o sistema de captação para a rede está acima do leito da própria barragem. Assim, há um estudo também para perceber até que ponto é que se pode ir aproveitar essa água que está no nível morto. Finalmente, 45 milhões de euros para a dessalinização. E uma vez que o senhor Vereador também tinha colocado a questão da dessalinização, disse que essa notícia, que ele próprio também viu e teve o cuidado de a remeter ao senhor Presidente da AMAL, sugerindo-lhe que houvesse, desde logo, um desmentido relativamente a duas matérias que estão vertidas nessa notícia e que não correspondem à verdade. A primeira é a informação que está nessa notícia, que diz que os municípios não se entendem quanto à localização da dessalinizadora, o que não corresponde à verdade. Aproveitou para dizer que o estudo prévio que foi apresentado às autarquias, e também a Lagoa, previa sete localizações possíveis, sendo que dessas sete, algumas são mais difíceis que outras. Há toda uma outra panóplia de propostas que se possa apresentar e, naquele momento, as Águas do Algarve, que tem a incumbência de lançar esse procedimento e já o fez, portanto disse também que relativamente ao Pomarão, já estava adjudicada a obra e relativamente à dessalinizadora está já adjudicada a empresa que irá fazer o estudo faltando, de facto, definir essa localização. A APA estava a reunir com as autarquias para ouvir as propostas para essa mesma localização. Sobre aquela matéria tem a mesma




opinião que a do senhor Ministro do Ambiente, que falou antes de si, naquela mesma reunião, pois das sete propostas iniciais houve, de facto, uma, que não é no concelho de Lagoa, mas que chamou a atenção que lhe parecia que faria pouco sentido e que era, precisamente, a proposta S1, solução um, que apontava essa hipotética localização da dessalinizadora na antiga ETAR da Alcantarilha, com a captação e a rejeição da água em frente à Praia dos Salgados e à Praia Grande, o que, e o senhor Ministro também tem a mesma opinião, não faz muito sentido tendo em conta que vão aprovar ali, para aquela zona, a primeira área marinha protegida comunitária, Pedra do Valado, com 170 km de costa, pelo que não fazia muito sentido que fosse logo num sítio onde têm uma área marinha protegida, com todas as consequências e o inquinamento que pode haver a esse processo. Foi a sua intervenção e nem sequer era no seu concelho e não teve conhecimento de que algum colega autarca tivesse dito que não queria a dessalinizadora no seu concelho. Depois, a outra parte da notícia, que não lhe parece correta, é a referência à eventual dificuldade para se encontrar um local para a dessalinizadora fosse o rejeitado tóxico, mas tanto quanto conhecia, o processo de dessalinização não tem qualquer rejeitado tóxico. De grosso modo, por cada litro de água salgada que entra na dessalinizadora, na sua maioria trabalham em sistema de osmose inversa, a água entra em pressão nas membranas, por cada litro de água, sai meio litro de água destilada, sem sal, que depois precisam de um tratamento para posterior consumo humano, e o outro meio litro é devolvido ao mar e que leva, obviamente, a concentração de sal que tinha o litro de água que entra no sistema. Mas depois é despejado num oceano imenso e têm a experiência, por exemplo, dos vizinhos espanhóis, com 20 anos de experiência em dessalinização, têm cerca de duas dezenas de dessalinizadoras e teve a oportunidade de visitar uma dessalinizadora em Benidorm que, precisamente, rejeita água, a tal rejeição daquilo que sai do processo de dessalinização numa área que é uma área protegida e que é monitorizada há cerca de 20 anos, desde que foi criada a dessalinizadora e que, pelos números que foram apresentados, não registava alterações significativas que pudessem pôr em causa o habitat daquela área. Portanto, essa era uma notícia que não fazia muito sentido mas, iriam aguardar para ver como é que iria correr, sendo que estava certo de que têm que avançar sem qualquer tipo de receio para a dessalinização porque mesmo o modelo do Pomarão, no processo de dessalinização podem decidir, os portugueses podem decidir porque estão a trabalhar numa área em que têm capacidade para fazê-lo, ao passo que o Guadiana não é um rio português, não é um rio nacional, mas sim um rio internacional, pelo que voltam a ter outra vez o problema de ter que conversar com os vizinhos espanhóis e sabiam como eram as coisas nas questões da água. Assim, tem aquelas reservas, mas ver-se-á como o processo decorre. Relativamente à questão no concelho de Lagoa, tomaram já as medidas, já aprovaram e viram, felizmente, aprovados fundos comunitários no âmbito do PRR para lançarem e já têm o



procedimento pronto para ser lançado na primeira ZMC, uma Zona de Medição e Controlo. Vão começar de Porches, de nascente para poente e estimam que a intervenção total de colocação de ZMCs no concelho ascenda a quase 4 milhões de euros. Vão começar pela zona dos Alporchinhos anos com um investimento de cerca de 65 mil euros, com a possibilidade, que foi aprovado, de financiamento a 100% para essa intervenção. As Zonas de Medição e Controlo são decisivas para se perceber onde é que estão a ter as percas, qual é o estado da rede naquele local e que o que é que está a acontecer em concreto. Contribuem ainda para dar o grau de maturidade que é necessário para depois irem ao passo seguinte e poderem obter financiamentos para poderem substituir as condutas, as adutoras e todas as outras que detetarem que precisam de intervenção.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, interrompeu dando nota de que o período de 15 minutos para intervenção da Câmara Municipal se havia esgotado, mas que, atendendo o número de questões, esse período iria ser prorrogado. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** registou e referiu que seria mais sucinto nos esclarecimentos restantes. Prosseguiu, afirmando que já têm algumas em orçamento e que já foi aprovado no final do ano anterior, mas têm também para a primeira revisão que contam apresentar no mês de março, a intervenção e a substituição pelo menos duas condutas adutoras que são fundamentais no concelho, nomeadamente a de Estômbar-Calvário e também da do Poço Partido, pelo menos duas que são fundamentais para poderem ajudar na questão das perdas de água. Quanto ao Plano de Desenvolvimento Social, afirmou não ter todas as medidas, acompanham o projeto desde o início, não tinha memória de todas as medidas que propuseram. Encontram-se na fase de consulta pública e vão novamente voltar a serem ouvidos, mas, obviamente, que poderão fornecer as propostas e os contributos do município de Lagoa. Sobre o problema da Praia da Marinha e de Benagil, considera que até se devia realizar uma sessão extraordinária da Assembleia para discutir essa questão. É uma preocupação que o Executivo tem, já teve conversas com a APA Algarve, com o senhor Presidente da APA nacional e, de facto, têm que encontrar uma forma de impedir que se possa matar a galinha dos ovos de ouro, que é a beleza da costa de Lagoa e a zona entre a praia de Albandeira e a praia do Vale de Centeanes, que identificam com uma área de uma enorme sensibilidade e que precisa de ter uma intervenção mas desconhecia a sua natureza, uma vez que não está só no poder da Câmara. A título de exemplo, adiantou que a APA tem uma ideia, à qual chamaria, no mínimo, peregrina, e que é transformar, por exemplo, a praia da Marinha numa praia museu, uma praia em que se pode



entrar, pode-se visitar, pode-se dar um mergulho, mas não se pode permanecer. Não sabia se esse seria o caminho, mas estava seguro de que não podem continuar com o tipo de ocupação que aquela zona referida por si e pela senhora Deputada, com todos os constrangimentos e contingências, a tratá-la daquela forma. Têm feito contactos com as entidades regionais e nacionais no sentido de se encontrar uma solução que permita que, de facto, quem visita aquela área de Lagoa, possa dali levar uma experiência positiva e tem dúvidas que em alguns casos isso seja possível, tem dúvidas que isso acrescente valor aos operadores das marítimo-turísticas e tem a certeza que não acrescenta nenhum valor a quem lá vive naquelas zonas. Quanto à cobertura dos espaços, confirmou conhecer a posição da senhora Deputada Municipal e disse não concordar com ela, assim como não concordam com ela os Diretores dos Agrupamentos Escolares e os técnicos com quem têm conversado. Percebia a questão de que quando chove, e que é pouco infelizmente naquela região, isso seja um constrangimento. Também percebia que quando faz sol também seja um constrangimento, pelo que terão que encontrar uma solução intermédia, mas também têm que deixar as crianças ter um pouco de ar puro e livre e poderem partilhar aquilo que é a vida cá fora, depois de estarem fechados numa sala de aula, terem um bocadinho e que possam ter um contato com o ar livre. Registou o pedido e a proposta da senhora Deputada, que será analisada. Quanto à sinalização dos espaços, pediu que fizesse chegar à Câmara todos os locais que identificou com sinalização deficiente. Ele próprio anda muito na rua, assim como os Vereadores e os seus técnicos, e sempre que veem uma situação dessas mandam retificar, e não tem ocorrido nos últimos tempos. Relativamente às estradas marcadas, marcam as estradas que é possível marcar, sendo que algumas são intervenções que têm feito nos últimos tempos, mas não conseguem marcar porque são estradas, são caminhos rurais e que têm procurado também melhorar, e esses têm alguma dificuldade em conseguir marcar. No eixo no meio da via não é possível, mas podem marcar, obviamente, os guias que são do lado de um lado e do outro da estrada. Relativamente à questão que foi colocada pelo senhor Deputado Joaquim Cabrita, à qual teria que responder ali enquanto Presidente da Câmara, e disse que, enquanto Presidente da Câmara, não podia estar mais de acordo com a sua indignação e explicou porquê. Estando na Câmara desde 2013 como Vereador, como Vice-Presidente e, agora, como Presidente e, desde que está na Câmara, o município de Lagoa já foi alvo de mais de 50 denúncias anónimas contra a Câmara. Na sua maioria sabem quem foi, e não sabia se estava a cometer alguma inconfidência, mas a determinada altura, até os senhores do Ministério Público perguntaram-lhes quem era o senhor que fazia essas denúncias todas, pois chegou um ponto em que já nem precisava do anonimato, identificava-se e toda a gente sabe na Câmara quem faz as denúncias anónimas contra a Câmara. No ato eleitoral voltaram a ter uma série de denúncias e também no próprio ato eleitoral e embora não estivesse ali naquela

condição, disse que também o Partido Socialista foi alvo de diversas queixas-crime naquele ato eleitoral, pelo que estava inteiramente de acordo com o senhor Deputado e juntava-se à indignação deste, fazendo suas as palavras do Deputado. Estava, de facto, indignado porque acha que em política não pode e valer tudo, percebia que estivesse incomodado com isso porque também sofreram do mesmo mal, com várias queixas contra o Partido Socialista. A Câmara é constantemente e, naquele ato, foram variadíssimos, chegando várias por dia, duas e três por dia, da sede da Comissão Nacional de Eleições, do Ministério Público. Felizmente tudo parece estar arquivado e as denúncias que são feitas à Câmara, tanto quanto sabe é uma das autarquias mais escrutinadas do país, e era bom sinal, são escrutinados e as coisas estão a correr bem. Explicou ainda a questão da correspondência e aproveitou a oportunidade para solicitar ao senhor Presidente da Assembleia, ajudava imenso que os requerimentos que são feitos à Câmara, que fosse um requerimento por assunto, porque têm lá, aos inúmeros requerimentos que foram feitos pelo Deputado Diamantino Ruivinho, alguns são requerimentos com sete ou oito perguntas e estava no seu direito. A verdade é que já têm quatro ou cinco respostas já dadas e outros andam a aferir e depois, para responder, têm que o fazer quando tudo estiver completo. As perguntas quando são dirigidas ao Presidente da Câmara este despacha para os serviços respetivos e se achar que é uma pergunta que tem que ir à Câmara, pois despacha para a Câmara ou então se houver essa menção na própria correspondência, que tenha que ir à Câmara. Portanto, depende da natureza dela, mas na sua maioria aquilo que é recebido na Câmara, a correspondência recebida na Câmara, dirigida ao senhor Presidente, os serviços tratam e quando tiver que ir à Câmara, vai. Se for competência do Presidente resolvê-la ou dos serviços, pois assim o fazem. Finalizou, respondendo à questão do estacionamento em Ferragudo, disse que, quanto ao estudo geotérmico, ele foi feito, há um estudo inicial e quando a obra se iniciou foi sugerido pelos serviços técnicos, pela fiscalização da obra, porque surgiram umas locas que não estavam previstas, e foi também feito porque houve essa sugestão técnica de que um estudo geotécnico mais aprofundado e numa outra área pudesse levar a Câmara a poupar variadíssimo dinheiro e trabalhos a menos. Foi isso que fizeram e parece que se confirma e, portanto, foi bom terem feito esse estudo. Relativamente à questão do estacionamento em Ferragudo, estão perfeitamente tranquilos, pois o parecer jurídico foi feito porque a questão foi levantada pelo senhor Vereador, com toda a legitimidade, que o fez na reunião de Câmara e, assim, pediram esse parecer jurídico. Têm mais, mas não estavam por escrito, pois ouviram também os técnicos da Câmara, pediram esse parecer jurídico da consultora externa e não têm dúvida nenhuma sobre a conformidade do que estão a fazer. Por último, referiu achar muito estranha a questão do silo porque é uma obra que começou na Câmara a ser desenvolvida precisamente pelo candidato à Câmara do Movimento Lagoa Primeiro e, se bem percebeu das

palavras, são contra a construção do silo, mas seria bom que se entendessem porque se foi um projeto que começou pelo candidato à Câmara da Lagoa do Movimento Lagoa Primeiro e este é contra o projeto, não sabia o que pensar. Ele e o seu Executivo acreditam que é uma obra essencial para resolver o problema do estacionamento e que foi há muito reivindicado pela freguesia de Ferragudo, pela Junta de Freguesia, pelos comerciantes de Ferragudo e pelas pessoas de Ferragudo.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** referiu que o senhor Presidente da Câmara é um bom político e disso ninguém tem dúvidas, mas cada coisa é o que é e o senhor Presidente, o Executivo, pessoas do Partido Socialista, candidatos do Partido Socialista podem ter sido alvo de muitas queixas e até de algumas queixas crime, mas questionou quantas dessas tinha sido o PSD a apresentar, porque a queixa contra o PSD foi o Partido Socialista de Lagoa que apresentou e isso é que a si lhe custa porque é desviar o foco daquilo que estão a discutir e era isso que queria que ficasse claro. Não se tratou de uma queixa crime apresentada por uma pessoa ou por um candidato, mas foi o Partido Socialista de Lagoa quem, institucionalmente, apresentou. E, por isso, dizia que está no direito porque toda a gente em Portugal tem o direito de apresentar as queixas que entender, mas o senhor Presidente sabe que o Vereador do Partido Social Democrata teve que prestar declarações em processos-crime que a Câmara teve, o PSD naturalmente soube disso, nunca o PSD fez uma qualquer menção política porque sabe distinguir o lugar das coisas. Todos sabem e ouvem o que se diz em Lagoa, o PSD tem tido a hombridade de distinguir o que é combate político e o que é rasteira política e, por isso, é que não podia deixar de fazer o protesto ali, de ali mostrar indignação e de dizer que a partir daquele momento, e do momento em que o PS Lagoa entende apresentar aquela queixa contra o número 2 da lista do PSD Lagoa à Câmara, o PSD tem uma atitude que vai ter que ser diferente. Era só isso que queria que ficasse registado.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio, apelando ao seu espírito de síntese.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** dizendo que na resposta à questão sobre o Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio, o senhor Presidente respondeu que disponibilizaria os elementos da participação da Câmara e perguntou se iria disponibilizar sem necessidade de o requerer ou não.-----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** explicou que os contributos que deram em sede de reuniões do Plano de Desenvolvimento Social partilharão, obviamente, assim como o próprio Plano e também as conclusões, sem ser necessário a apresentação de qualquer requerimento.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e passou a palavra ao senhor Deputado Municipal Diamantino Ruivinho, apelando igualmente ao seu espírito de síntese.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Diamantino José Ernesto Ruivinho** referiu não ter entendido a resposta relativamente ao problema da correspondência. Relativamente aos requerimentos agradeceu que o tenha esclarecido como no futuro deseja que sejam feitos os requerimentos, sendo uma questão de simplificação e percebia. Mas relativamente à sua pergunta sobre como é tratada a correspondência, não entendeu a resposta do senhor Presidente e perguntou se uma carta for dirigida ao senhor Presidente que, no fundo, é uma carta dirigida com conteúdo para ser analisado na Câmara, como seria tratado e se a carta for dirigida, seja porque quem for, à Câmara, só ao órgão da Câmara, se vai diretamente à Câmara, pois era isso que ainda não tinha percebido. Depois questionou se o senhor Presidente acha que aquele parecer jurídico não deve ser alterado ou corrigido, pois considera que o mesmo tem erros até de números e pediu que lesse com atenção, porque tem erros e tem omissões. Também lhe pareceu que disse que havia mais pareceres, mas não escritos e disse, com toda a franqueza, que se aquele parecer jurídico não for alterado, não for corrigido e não for perceptível qual é a posição, poderia ter a certeza que o problema não ficaria resolvido porque é preciso perceber. Reforçou que a ideia de que o parecer está errado e poderá, no fundo, ter razão na decisão, mas o parecer está errado, contém números errados e omissões e precisava que o verificasse e clarificasse.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que o tempo tinha terminado e que já se tinha percebido a questão, não sendo necessário insistir, pois a exposição tinha sido muito clara. Em seguida, concedeu o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Alves Pinto.-----

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **José Joaquim Alves Pinto** afirmou, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, que o parecer tinha coisas que são inadmissíveis como, por exemplo, os valores que estão escritos em áreas que estão completamente errados e têm que ser revistos.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e, em seguida, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação para resposta. -----

-----No uso da palavra concedida o senhor Presidente da Câmara Municipal Luís António Alves Encarnação respondeu, dirigindo-se ao senhor Deputado Diamantino Ruivinho, que obviamente devem ser endereçadas as cartas ao Presidente da Câmara e se for matéria da Câmara, vai à Câmara, sem dúvida nenhuma. Se for matéria para levar à Câmara, vai à Câmara. Se for matéria que os serviços conseguiam resolver, resolve-se, caso contrário, as reuniões de Câmara teriam em vez dos habituais 20, 30 assuntos, teriam 150, no mínimo, que é o número de cartas que se recebe quase diariamente na Câmara. Quanto ao parecer, referiu que não poderia deixar de considerar os alertas, obviamente, às áreas que iriam ser verificadas, mas reafirmou que relativamente à conformidade da intervenção que o município está a fazer, não têm qualquer dúvida quanto a isso.-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o espírito de síntese do senhor Presidente da Câmara Municipal e deu conta que se passaria para o Período da Ordem do Dia. Informou que foi aditado, pelo Edital de 16 de fevereiro de 2022, o seguinte Ponto da Ordem de Trabalhos e que passaria a ser o Ponto Sexto: Apreciação do Relatório do Diagnóstico e do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2021/2024.-----

### **III – Período da Ordem do Dia:**

**1º Ponto – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira em 14 de fevereiro de 2022;**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa declarou abertas as inscrições para o uso da palavra. Não se tendo observado inscrições, avançou-se para o Segundo Ponto da Ordem do Dia.-----

**2º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da nomeação do Conselho Municipal de Educação de Lagoa para o quadriênio 2021/2025;**-----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que foi colocado no site a deliberação da Câmara Municipal da anterior terça-feira, dia 22, relativo a uma alteração da nomeação porque houve, por parte da Universidade do Algarve, a substituição do primeiro membro indigitado que foi substituído por outro. De tal



facto foi dado oportunamente conhecimento através de e-mail dirigido aos senhores Deputados Municipais, bem como foi colocado na área reservada do site da Assembleia Municipal e também foi junto a correspondência trocada entre a Câmara Municipal e a Reitoria da Universidade para justificar aquela substituição. Assim, aquando da votação daquele ponto, estarão a votar já incorporando a substituição de um membro indicado pela Universidade do Algarve. De seguida, abriram-se as inscrições para aquele Ponto da Ordem de Trabalhos. Face à ausência de inscrições passou-se à votação da proposta de nomeação do Conselho Municipal de Educação de Lagoa, para quadriênio 2021-2025, e que será constituído pelos seguintes elementos: Luís António Alves da Encarnação, Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Águas da Cruz, Presidente da Assembleia Municipal, Ana Cristina Tiago Martins, Vereadora da Educação, Joaquim João Lopes Paulo, Presidente da União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro, Alexandre Maria Martins Lima, Delegado Regional de Educação, Valentina Calixto, Diretora do Serviço de Desenvolvimento Regional, Emília Maria de Sousa Costa Vicente, Diretora do Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira de Lagoa, Luis Miguel dos Reis Varela, Diretor do Agrupamento de Escolas do Rio Arade, Francisco Claro, Diretor da Escola Internacional School do Algarve, Pedro Miguel Moreira Lopes Garcês, Representante das Instituições de Ensino Superior Público, designado pela Universidade do Algarve, que foi substituído pela Doutora Elizabete Cristina Figueiras Ribeiro de Jesus Pereira, Rui Manuel Loureiro, representante das Instituições de Ensino Superior Privado, designado pelo Instituto José Manuel Teixeira Gomes, João Luis Santos, representante do pessoal docente do Ensino Secundário Público, eleito pelo pessoal do Secundário do Agrupamento de Escolas Espamol, José Inácio Sequeira, representante do pessoal docente do Ensino Básico Público, eleito pelo Agrupamento de Escolas da Espamol, Luísa Maria Sequeira, representante do pessoal docente da Educação Pré-Escolar Pública, eleito pelo Agrupamento de Escolas Espamol e Rio Arade, Sílvia Paixão, representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Padre António Martins de Oliveira de Lagoa, Susana Maria Francisco Gonçalves Ferreira, representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas do Rio Arade, Paulo Lourenço, representante do Conselho Pedagógico da Nova International School do Algarve, Maria Nunes, representante dos trabalhadores de Educação do Ensino Básico e Secundário Privados, designados pela Nova International School do Algarve, Carla Domingues, representante da Associação de Pais e de Encarregados de Educação Apela 21, Guilherme Filipe Gonçalves Ferrolho, eleito representante da Associação de Estudantes, João Carlos Canelas Pereira, eleito representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Anabela Monteiro Simões, designada pela ARS-ACES do Barlavento, Susana Inácio designada representante do Instituto Superior de Segurança Social, Ana Isabel Vieira, designada pelo Instituto de Emprego e de Formação Profissional, José Vieira,

designado pela Direção Regional do Instituto Português do Desporto e da Juventude Instituto Público, Tiago André de Matos Silva, designado pela GNR, destacamento territorial de Silves, representando as forças de segurança. Aqueles eram, pois, os elementos que seriam nomeados por deliberação da Assembleia Municipal, caso a proposta da Câmara Municipal viesse a ser aprovada. Abriu-se o período de inscrições para os senhores Deputados Municipais que desejassem usar a palavra e na ausência de inscrições, procedeu-se à votação.-----

----- A proposta foi **aprovada** por maioria, com uma abstenção do senhor Deputado Municipal Alves Pinto, do Movimento Lagoa Primeiro, com vinte e três (23) votos a favor, dezasseis (16) do PS, três (3) do PSD, dois (2) do Movimento Lagoa Primeiro e um (1) do Bloco de Esquerda e uma (1) abstenção do senhor Deputado Municipal Alves Pinto do Movimento Lagoa Primeiro.-----

**3º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Mesa, ao abrigo do disposto no artigo 165º, nº2 do CPA, da anulação administrativa da deliberação da Assembleia Municipal de 21 de julho de 2021, relativa à autorização prévia do Compromisso Plurianual, prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo ao Concurso Público da Empreitada “Lagoa + Sustentável – Fase 1 – zona de influência do ponto de entrega de Alporchinhos, no valor global de 600.000,00€, no ano de 2022, com fundamento na invalidade do ato;**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, informou que o processo a que se refere este ponto da ordem do dia foi indevidamente qualificado, como constava da ata da sessão de Câmara, como compromisso plurianual, quando efetivamente tratava-se de uma autorização de despesa, para o ano de 2022. Não sendo um compromisso anual, a sua aprovação era da competência exclusiva da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal. Ora, tendo a Assembleia Municipal aprovado um ato que era da competência de outro órgão do Município, a Câmara Municipal, o ato era inválido por incompetência relativa da Assembleia Municipal para o efeito, pelo que deveria declarar-se a sua anulação administrativa o que a Mesa propôs. Acrescentou-se ainda que aquela matéria já foi objeto de conferência de líderes e dado conhecimento de que se iria levar o assunto a esta sessão ordinária. Em seguida, abriram-se as inscrições para discussão daquele Ponto da Ordem do dia, tendo sido concedido o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Cabrita.-

-----No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **Joaquim José Martins Cabrita** declarou que, obviamente, não podiam deixar de passar a proposta e o PSD iria abster-se, mas haveria que ter algum cuidado com o tipo de propostas que vão à Assembleia. Naturalmente, poder-se-ia dizer que os Deputados também têm a obrigação de verificar as coisas, mas há um princípio

de confiança que faz com que, nomeadamente, naquele tipo de propostas- compromissos plurianuais-, se presuma que o trabalho de casa foi feito pelo autor da proposta. Afinal não foi. Obviamente, tinha de se dar o dito por não dito, mas também não podia deixar de fazer notar que, para a dignidade da própria Assembleia, se devesse evitar situações semelhantes.-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu o comentário e não se tendo registado mais intervenções, avançou-se para o processo de votação da Ponto 4, ou seja, a proposta de anulação administrativa da deliberação da Assembleia Municipal de 21 de julho de 2021. -----

-----A proposta foi **aprovada** por maioria, com quatro (4) abstenções, três (3) do PSD, uma (1) do Chega, e vinte (20) votos a favor, dezasseis (16) do PS, três (3) do Movimento Lagoa Primeiro e um (1) do Bloco de Esquerda.-----

**4º Ponto – Apreciação e deliberação, sob proposta da Mesa, ao abrigo do disposto no artigo 165º, nº 2 do CPA, da anulação administrativa da deliberação da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 2021, que designa os cidadãos Fernando António Fernandes Damião, Clemente Luís Bentes Camarinha, José Ilídio da Silva Santos, António Manuel Bicas Guerreiro, Jorge Manuel de Jesus Teixeira Carrola e João André Nascimento Cabrita para integrarem o Conselho Municipal de Segurança de Lagoa, com fundamento na invalidade do ato;**-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, deu conta de que a Lei nº 33/98, de 18 de julho, que criou os Conselhos Municipais de Segurança, previa no seu artigo 5.º n.º 1 alínea j) que integrava o Conselho Municipal de Segurança “um conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal...” Pelo Decreto-Lei nº 32/2019, de 4 de março, a Lei nº 33/98, de 18 de julho, foi alterada, tendo o referido artigo 5.º, alínea j) sido revogado, nos termos do artigo 4.º daquele diploma legal. Com esta alteração, o conjunto de cidadãos designados pela Assembleia Municipal deixaram de integrar o Conselho Municipal de Segurança, pelo que o ato da sua designação é inválido, devendo por isso declarar-se a sua anulação administrativa, o que a Mesa propôs. Aquele assunto também tinha sido levado à conferência de líderes e foi encontrada uma solução para aquele problema. Foi aberto, de seguida, o período de inscrições para uso da palavra, tendo sido dada a palavra ao senhor Deputado Municipal José Inácio.-----

-----Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **José Inácio Marques Eduardo** referindo que, conforme tinha sugerido na reunião de líderes, iria também aqui sugerir que o senhor Presidente da Mesa enviasse, em representação da Assembleia, um pedido de esclarecimento

e de desculpas às pessoas que foram indigitadas para o Conselho Municipal de Segurança, pois era uma forma de respeitar as pessoas que se disponibilizaram. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, assegurou que, com a anuência de todos os demais líderes dos Grupos Municipais, a Mesa iria dar cumprimento à recomendação do Grupo Municipal do PSD. Na ausência de mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta de anulação da deliberação da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 2021, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**5º Ponto – Apresentação e apreciação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Lagoa referente ao ano de 2021.** -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, disse que, para a apresentação do Relatório Anual da CPCJ de Lagoa, dava a palavra à senhora Presidente da Comissão da CPCJ de Lagoa, Doutora Patrícia Jacinto. A apresentação seria em Power Point e depois a Doutora Patrícia Jacinto estaria disponível para responder às questões que os senhores Deputados Municipais entendessem como oportunas e pertinentes.-----

-----No uso da palavra, a Doutora Patrícia Jacinto fez a seguinte apresentação: «Boa noite. Antes de mais, agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vice-Presidente, as senhoras e senhores Vereadores, aos restantes Deputados Municipais, ao público aqui presente, em nome, naturalmente, da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, o convite para, mais um ano, estarem ali a apresentar aquilo que é o trabalho desenvolvido pela Comissão de Lagoa no último ano. Portanto, eu vou ser muito sintética. Segundo tive indicação, todos vós receberam este relatório, portanto, vou limitar-me a apresentar de forma muito rápida. A Comissão estabelece, em função da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo, aprovada pela lei 147/99, de 1 de setembro. As Comissões funcionam em duas modalidades, temos a restrita e temos a largada. Na restrita aquilo que trabalhamos é em intervenção, portanto, é a mitigação das situações de perigo identificadas. Na alargada focamos, naturalmente, na prevenção, portanto, afastar qualquer possibilidade de situações de perigo. Passamos à comparação em relação àquilo que são os anos de 2018 a 2021. Portanto, segundo vemos, os números entre 2018 e 2019 andaram relativamente próximos, vemos que no ano de 2020 houve aqui um decréscimo em relação aos números e em 2021 os números voltaram a aumentar. Tivemos aqui um total de 198 processos, transitados tivemos 73, significa isto que, de 2020 para 2021, tivemos transitados 73 processos, instaurados 97, reabertos 28, arquivados 117 e ativos 81, que transitaram então para este ano de 2022. Em relação às freguesias, temos 2018 e 2019 com números também muito próximos,

vemos que as tendências se mantêm, Lagoa e Carvoeiro são as freguesias onde temos, efetivamente, o maior número de processos, seguindo-se de Estômbar e Parchal, depois Porches e, por fim, Ferragudo. Referir que de 2019 para 2020 houve um decréscimo, como já disse, de 2020 para 2021, houve um aumento em todas as freguesias do concelho com exceção de Estômbar e Parchal onde houve uma diminuição, não obstante continuou a ser a segunda União de Freguesias onde houve mais processos. Aqui em relação à faixa etária, a tendência até 2020, mantinha-se aqui entre os 16/17 anos, portanto, o maior volume de processos concentrava-se nesta faixa etária que, por sua vez, em 2021, mudou, esta faixa etária baixou para os 13/15. Portanto, houve aqui esta alteração. Focando-nos aqui no último ano que, à partida, é isto que mais nos interessa, aquilo que aconteceu foi que houve um aumento em praticamente todas as faixas etárias, com exceção da faixa etária dos 0 aos 2, em que houve uma diminuição, e na faixa etária dos 16/17 em que também é possível verificar que houve então também uma diminuição. Em relação aos processos por sexo, voltamos a um bocadinho, à semelhança do que já disse, 2018 e em 2019, os números foram relativamente próximos, em 2020 assistimos a uma diminuição, em 2021 houve um aumento sobretudo no que ao sexo feminino diz respeito. Não obstante, o sexo masculino continua a ser o nosso grande volume de trabalho no que aos processos de promoção e proteção dizem respeito. Aqui em relação à frequência escolar, a tendência manteve-se ao longo dos anos, destes quatro anos em análise. Temos o 3.º Ciclo como o ciclo onde existem mais processos, digamos assim, seguindo-se do 2.º Ciclo e depois então o primeiro. No ano de 2021, curiosamente, esta tendência inverteu-se, mantivemos o 3.º Ciclo como aquele onde existem mais processos, seguindo-se imediatamente do 1.º e depois sim do 3.º. Aqui em relação ao ano, à comparação entre 2020 e 2021, vemos que todos os níveis de ensino, se assim lhe puder chamar, aumentaram com exceção da Creche e Pré-Escolar, onde o número de crianças foi menor. Em relação às entidades do concelho que nos comunicam as situações, do Concelho ou não, que nos comunicam situações de perigo, vemos que os estabelecimentos de ensino e as autoridades policiais são aqueles que mais nos fazem chegar situações de perigo, seguindo-se do Tribunal de Família e Menores e dos vizinhos e particulares e, se me permitem, eu ressaltava aqui os vizinhos e particulares porque são aquelas comunicações vulgas anónimas e que, de facto, nos últimos anos, sobretudo este último ano, tem aqui uma expressão significativa em que houve aqui um aumento, à semelhança também do Tribunal de Família e Menores e Ministério Público, em que também houve um aumento desde 2019. Aqui em relação às problemáticas, eu coloquei ali ao lado os artigos da lei porque isto até para nós é complicado, imagino que para vocês não vos diga grande coisa. Portanto, aqui em relação às tendências, vemos que se mantêm inalterado, portanto, a alínea f) é aquela que tem mais situações comunicadas, sendo que o f) é estar sujeito a comportamentos que



afetem as crianças, a g) serem as próprias crianças a terem comportamentos que as colocam em situações de perigo e, portanto, esta tendência manteve-se. Temos a alínea f), estar sujeito, a seguir a alínea g), assumir comportamentos, temos a alínea b) sofrer maus tratos sejam eles físicos, psíquicos ou abusos sexuais e depois a alínea c) que é não receber os cuidados necessários à faixa etária. Em relação às medidas de promoção e proteção aplicadas e executadas durante este ano, tivemos um total de 96 medidas, como se vê a prevalência das medidas em meio natural de vida é significativa, temos 77 medidas de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar em três situações, quatro de confiança a pessoa idónea e 12 de acolhimento residencial. Em relação aos motivos de arquivamento eu separei em três tópicos, chamemos-lhe assim. Arquivamento liminar, em que não há instrução, há abertura de processo, mas não há instrução, sem medida e com medida. Começando com os processos sem instrução, a maior parte dos arquivamentos deveram-se à não existência de legitimidade para a intervenção, corresponde aqui ao nosso artigo 3.º da lei e a remessa para o Ministério Público por situação de abuso sexual e, portanto, é remetida ao Ministério Público. Em relação aos processos sem medida aplicada, temos como maior franja a situação de perigo já não subsiste ou não se confirma, portanto, é feita a avaliação e o processo é encerrado porque não há conteúdo para e temos depois também a remessa a Tribunal por não prestação de consentimento como o terceiro fator de arquivamento, terceiro maior fator de arquivamento. Em relação aos processos com medida aplicada, temos a situação de perigo já não subsiste em 24 das vezes, em sete das vezes, o jovem atinge a maioridade e não solicita a continuação ou completou os 21 anos. Aqui em relação aos constrangimentos, nós seleccionámos aqui algumas preocupações que temos em relação à atuação da própria Comissão e, de facto, estes dois constrangimentos já vêm sendo apresentados há algum tempo, mas mantêm-se, que é a inexistência de um Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental e a ausência de resposta para os apoios psicológicos, dos 13 aos 18 existe aqui um vácuo, se me permitem o termo, em que não há esta resposta tão fácil ou tão acessível quanto deveria ser, sobretudo os dias correm em que a saúde mental é, de facto, uma preocupação de todos nós, creio eu. Em relação às potencialidades, a boa articulação com as entidades do concelho, o comprometimento que todas elas têm aqui em relação à promoção dos direitos, bem como à proteção das nossas crianças, bem como todas as atividades que têm sido desenvolvidas, umas por iniciativas nossas, outras por iniciativas das entidades, da Câmara, portanto, acho que isto é uma mais-valia. Relembramos como é que pode ser comunicada uma situação de perigo, portanto, telefone, carta, e-mail, pessoalmente, pode ser anónima, deixo aqui os contactos para alguma eventualidade. Agradeço a vossa atenção e peço desculpa pelo nervosismo. -----



-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa agradeceu a qualidade da apresentação, o respeito pelo tempo que lhe foi concedido bem como a precisão e concisão na apresentação do Relatório. Referiu que o nervosismo é humano e ficava-lhe muito bem, pois todos gostaram e aplaudiram e, acima de tudo, agradeceu o trabalho meritório que a CPCJ de Lagoa tem vindo a desenvolver, ao longo dos anos, em prol dos jovens e da comunidade lagoenses, em geral, agradecendo toda a dedicação, abnegação e espírito de missão postos nesta tão nobre causa. Que este é um trabalho desenvolvido todos os anos, todos os dias, todos os minutos, todos os segundos, enfim, é um trabalho desafiante e permanente. Abriu-se, em seguida, o período de inscrições para os senhores Deputados Municipais que quisessem colocar alguma questão ou fazer uma observação, sendo que a doutora Patrícia estaria disponível para responder às questões que entendessem oportuno fazê-las. Foi, assim, dado o uso da palavra ao senhor Deputado Municipal João Rocha.-----

----- No uso da palavra, o senhor Deputado Municipal **João Patrício Amaro Rocha** disse querer, primeiramente, agradecer à doutora Patrícia pela apresentação e depois fez uma sugestão, enquanto Assembleia Municipal, porque quanto a si há uma coisa que está pouco clara e aquilo que levou a algum equívoco nos últimos meses foi a indicação das pessoas que estavam, por parte da Assembleia Municipal, na chamada Comissão Alargada. Fez questão de, na véspera, na reunião da Comissão Alargada, de mencionar essa situação, ou seja, não houve uma clarificação se, com o término do mandato autárquico, essas pessoas continuariam na CPCJ ou se existiria a indicação de novas pessoas, porque a Assembleia tem, naturalmente, outra constituição, outra vigência e seria de todo natural que assim o fosse. Percebi que, depois em conversa com a Patrícia, uns meses mais tarde, que não, que assim não era, foi à procura de respostas, falou com outros elementos e percebeu que de norte a sul reina um desconforto total que é pouco abonatório para as Assembleias Municipais. Ou seja, em abono da verdade, cada um faz como lhe apetece e crê que até mesmo para os restantes representantes da Assembleia Municipal urgia dizerem qual era a forma com que a Assembleia Municipal de Lagoa se faz representar na CPCJ de Lagoa. Da sua parte, teve uns meses de absentismo por desconhecimento e quem o conhece sabe, perfeitamente, que seja naquele ou noutra qualquer comissão onde esteja, preza sempre por ser ativo e dinâmico. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa agradeceu e deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Jorge Ramos.-----

-----No uso da palavra o senhor Deputado Municipal **Jorge Ramos**, em primeiro lugar, agradeceu à doutora Patrícia pela sua apresentação e também agradeceu a todos os elementos

que compõem a Comissão pelo brilhante trabalho que têm feito, que fizeram no presente ano e que têm feito nos anos anteriores. Têm uma grande responsabilidade, assim como também tem que haver daqueles elementos uma grande disponibilidade de tempo e, às vezes, até horas menos oportunas. Leu o documento da Comissão e, relativamente a um determinado ponto, teria que perguntar ao senhor Presidente da Câmara Luís Encarnação sobre as instalações. As coisas, presentemente, estão melhores do que provavelmente estiveram, mas a Comissão aponta algumas falhas como acessibilidades não adequadas a pessoas com mobilidade reduzida, sala de espera sem espaço adaptado a crianças e jovens, instalações sanitárias são partilhadas entre o público e os elementos da CPCJ e também a área para audição sem capacidade de impressão, nem adaptado à audição de crianças. Neste caso, se quiserem falar com as crianças terão que se retirar das instalações e irem para outra sala, os pais, entretanto, também ficam a um canto qualquer, pelo que quis saber se a Câmara tem ideias em melhorar todas aquelas condições. -----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa agradeceu e, não se tendo registado mais intervenções e uma que a questão colocada foi ao senhor Presidente da Câmara, concedeu o uso da palavra a este para responder à interpelação do senhor Deputado Jorge Ramos.-----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Luís António Alves Encarnação** respondeu que era sabido que, naquele momento, a CPCJ de Lagoa, no seguimento da adaptação do edifício onde estava implementado no Tribunal de Comércio de Lagoa e também pelo facto de estarem a trabalhar para aquela área o aumento de serviços naquele conjunto de edifícios, nomeadamente a possibilidade de construírem uma grande sala de audiências para o Tribunal de Comércio de Lagoa, com a perspectiva, é um compromisso, mas que não conseguiram, infelizmente, que isso ficasse como uma garantia, mas há o compromisso de poderem, eventualmente, vir a ter também o Tribunal de Competências Genéricas, bem como a transferência do IRN, Instituto de Registos e de Notariado, com a transferência da Conservatória de Registo Predial Comercial e Civil de Lagoa para aquele espaço. Isso obrigará, naturalmente, e estão a trabalhar nesse sentido, a dar condições para que a CPCJ possa, de facto, melhorar as suas instalações e também poderem suprir as dificuldades que são apontadas. Quis dizer também, e a Patrícia podia confirmar ou não, que é total o apoio e é muito estreita a colaboração entre a CPCJ de Lagoa e o município de Lagoa na cedência de instalações, na disponibilização de viaturas e na disponibilização da própria técnica, que é uma técnica da Câmara e que está afeta 100% à CPCJ de Lagoa. -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa agradeceu o esclarecimento e reiterou o agradecimento à doutora Patrícia Jacinto, pela sua disponibilidade e por toda a sua intervenção, essencialmente pela nobreza da missão que todos os elementos desenvolvem, sendo extensível aquele louvor a todos os membros da Comissão Restrita e Alargada da CPCJ de Lagoa. -----

**6º Ponto – Apreciação do Relatório do Diagnóstico e do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação 2021/2024.** -----

-----José Manuel Correia Águas da Cruz, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentação do Relatório de Diagnóstico do Plano Municipal de Igualdade. -----

-----No uso da palavra concedida, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís António Alves Encarnação, declarou que para a apresentação do Diagnóstico e do Plano iria chamar a técnica do município, Chefe de Divisão, Conselheira Municipal para a Igualdade, a Doutora Sandra Generoso e quis também dizer à Assembleia que aquela era uma matéria que trabalham e levam muito a sério no município, e era com muito orgulho que dizia que são dos poucos municípios que tem um pelouro para a Igualdade de Género e Cidadania, que está entregue à senhora Vereadora Ana Martins, e também fazem parte de um pequeno grupo restrito de municípios, infelizmente, que, bianualmente, é reconhecido como município para viver em igualdade. -----

-----No uso da palavra, a doutora **Sandra Generoso** realizou a seguinte apresentação: «Boa noite a todas e a todas. Muito obrigada por me darem esta oportunidade de apresentar e cumprimentava o senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os restantes Deputados Municipais. Nós tivemos aqui, no âmbito de uma candidatura ao Cresce Algarve, financiamento desta vez para podermos fazer a atualização do nosso diagnóstico e podermos ter aqui a oportunidade de voltar a olhar para o território e para a Câmara Municipal ao nível dos dados que nos caracterizam nas questões da Igualdade de Género e de Cidadania. O enquadramento para a apresentação destes documentos de Diagnóstico e de Plano Municipal para a Igualdade, para além do financiamento que já falei que nos permitiu de alguma forma voltar a fazer este estudo mais aprofundado nestas matérias é também a questão e o compromisso do município de Lagoa nos últimos anos mais reiterado ao nível da questão da agenda 2030, da concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável e neste documento em especial no objetivo DE 5 em relação à igualdade de género e também o compromisso para, porque falar de igualdade de género e cidadania é falar de direitos humanos e, então também um compromisso para o respeito pela dignidade humana e pelos direitos



humanos. Também está previsto no regime jurídico das autarquias locais que se assegura a integração da perspetiva de género em todos os domínios da ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade e, isso também está previsto no âmbito da estratégia nacional para a igualdade e não discriminação, a integração destas políticas ao nível local, a transferência da intervenção global para o nacional e também para o território ao nível local. Os objetivos destes documentos e em especial do plano de diagnóstico e depois do diagnóstico de que se construiu o plano municipal para a igualdade, é consolidar, de alguma uma forma, o trabalho que Lagoa vem desenvolvendo desde alguns anos a esta parte, mais sistemático com documentação regular a este nível de diagnósticos e planos que vem desde 2012 até à data. Vem de alguma forma consolidando este trabalho e vem levando a que o município seja reconhecido ao nível destas matérias, a nível nacional, inclusivamente já participa atualmente em alguns fóruns de âmbito internacional. Como objetivo específico é tornar este documento instrumento de gestão, mas também uma ferramenta de trabalho quer internamente quer externamente e depois pretende ter ações específicas quer para o público interno, mas também de alguma forma ter um impacto cada vez maior ao nível externo, com os nossos parceiros locais. Em relação ao diagnóstico, vou aqui salientar alguns dos dados essenciais, terão o documento na sua totalidade que é interessante passar um olhar sobre o mesmo, mas vou aqui destacar alguns dos dados que nós consideramos mais importantes e que o gabinete quis aqui fazer sobressair, mas de alguma forma dizer-vos também, aqui a metodologia que foi adotada para a realização do diagnóstico e mesmo que, ao longo do período de pandemia que foi mais difícil senão teríamos conseguido fazer uma auscultação maior, senão apanhássemos mesmo este período de pandemia e alguma dificuldade em realizar alguma das ações, muitas delas tiveram de ser feitas de outra forma, mas houve aqui uma tentativa de haver uma auscultação o mais transversal possível, mas sempre com possibilidades de melhorar e teria sido certamente mais fácil se tivéssemos noutros tempos, mas mesmo assim focamo-nos em conseguir concretizar e apanhar aqui várias possibilidades de intervenção e de ouvirem vários modelos e metodologias de auscultação de opiniões diversas, desde os mais jovens aos próprios funcionários, associações, entidades externas, a interlocutores específicos tendo em conta as matérias em que o plano e os eixos, quer os anteriores que vem dos outros planos quer as matérias que normalmente a estes planos também podem versar, fomos aqui tentando apanhar um pouquinho de tudo. Ao nível das principais conclusões ao nível interno, percebemos que existe uma predominância masculina no Executivo, na Assembleia Municipal, nos cargos dirigentes da Câmara municipal, isto é algo que vem recorrentemente, mas também expressa aqui os dados e os retrata a nível nacional, existe também falta de representatividade equilibrada em 46 unidades orgânicas, sendo que 27

possuem uma representação masculina superior a sessenta por cento e 19 possuem uma representação feminina superior a sessenta por cento. Dentro da Câmara os homens ganham em média mais do que as mulheres, apesar desta diferenciação estar associada ao facto de por um lado terem maior representação em cargos de remuneração mais elevada e por outro possuírem mais antiguidade nas carreiras de origem, também não nos podemos esquecer que, em matéria de igualdade de género e também noutras matérias ao nível da nossa sociedade que estão bastante enraizadas e só pós 25 de abril é que houve maior abertura para que as mulheres pudessem de alguma forma começar a estar mais representadas ao nível das várias profissões e exercer mais facilmente uma ocupação ao nível da sua esfera pública, poder ocupar cargos ao nível de carreira profissional, portanto isso ainda é algo que se reflete também aqui um pouco gasta matéria e depois temos estes dados. Existe também em média uma maior percentagem de mulheres que se encontram em situações de emprego precário, como é o caso da prestação de serviços e contratos de estágio. Ao nível externo existem apenas 3,5 mulheres trabalhadoras por conta própria no concelho, o ganho médio mensal dos homens é superior ao das mulheres em cerca de 117,80 euros, existe baixa representatividade feminina ao nível da Presidência dos órgãos sociais do terceiro setor, existe baixa representatividade feminina nos cursos de Ciências e Tecnologia bem como de Artes Visuais, existe também baixa representatividade na prática do desporto escolar bem como do desporto federado, poucos docentes a frequentar ações de formação certificadas em igualdade de género e muitas crianças em lista de espera para colocação em creches e amas, bem como em jardins de infância, tendo em conta as limitações de capacidade de muitas das nossas instituições. Existem ainda muitos cidadãos e cidadãs em lista de espera para dar entrada em lares de idosos em geral, nas diversas freguesias. Depois dos dados que obtivemos ao nível do diagnóstico, foram definidas uma série de medidas, também tendo em conta os documentos anteriores que nós já tínhamos produzido e algumas das medidas e de algumas das ações, que não tínhamos concretizado e acabou-se se alguma forma ir bebendo, nós temos vindo a fazer dessa forma, vamos bebendo aos documentos anteriores aquilo que não conseguimos concretizar e somos, de facto, também sempre muito ambiciosos nos nossos planos municipais para a igualdade, penso que também é uma perspetiva positiva de alguma forma, porque também nos impõe alguma seriedade nestas dimensões, nesta ação. O plano municipal estrutura-se em 2 eixos, o eixo interno e externo. O interno está vocacionado para as políticas, procedimentos e instrumentos internos potenciadores da responsabilização diversidade e igualdade de género ao nível do município e o externo está orientado para o território e envolve um trabalho com as organizações locais, escolas, outros atores sociais para promover uma sociedade inclusiva e uma cidadania plena. Aqui estão os vários eixos, temos ao nível interno seis eixos e que abrangem aqui de alguma forma, vamos ver de uma forma mais



específica em relação à dimensão interna, depois temos estes seis âmbitos e que temos uma capacitação interna de desenvolver nomeadamente competências internas em igualdade de género onde estão integradas seis ações e diversas metas. No âmbito da estratégia, missão e valores concretizar de forma mais ampla o compromisso com a igualdade de género, estratégia, missão e valores da Câmara em que temos previstas 21 ações. Na proteção da parentalidade, encorajar os homens trabalhadores quanto são pais ou candidatos a adotantes a gozar integralmente todas as licenças, dispensas, reduções de tempo de trabalho e faltas que tenham direito no âmbito da sua paternidade. Agilizar o processo de substituição de trabalhadores e trabalhadoras em gozo de licença parental e melhorar a reintegração dos trabalhadores após o gozo de licenças e apoiar também nas suas funções de pais e cuidadores de alguma forma e aqui temos previstas seis ações porque se crê e todos os estudos indicam que ao facilitarmos a partilha deste tipo de tarefas de cuidado, certamente vamos ter vidas mais equilibradas e permite quer a homens quer a mulheres poderem exercer atividades quer no âmbito privado como no âmbito Público e podermos ter aqui uma plateia mais diversa possivelmente, no futuro, nas nossas assembleias municipais. Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, melhorar o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar temos previstas nove ações que se desdobram em diversas metas. Proteção contra a prática de assédio, reforçar o compromisso e o respeito pela integridade e dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras, assegurar a coerência e efetividade desse compromisso relativamente a qualquer forma de assédio no âmbito das relações laborais, temos previstas duas ações e várias medidas. Condições de trabalho dignas para os trabalhadores, temos aqui vários objetivos a atingir, como assumir o compromisso de promoção e reforço das condições de trabalho dignas para todos, evitando e combatendo situações de segregação. Envolver também os trabalhadores e suas famílias na promoção de uma cidadania ativa e de uma cultura de não discriminação e incluir os princípios da igualdade, não discriminação e cidadania nos procedimentos relacionados com a contratação e termo da atividade ao nível dos recursos humanos. Ao nível do eixo interno, também dizer que ao nível do eixo interno nós temos muito mais ações do que no eixo externo, porque de facto temos 52 ações e mais uma série de metas ao nível do eixo interno, porque temos aqui esta ambição de enquanto não resolvermos ao nível de interno da organização um bom funcionamento e um trabalho sério, consolidado ao nível destas matérias, é impossível e nós como organização piloto, exemplo para o resto da comunidade, é impossível avançarmos com seriedade para o eixo externo, portanto o nosso compromisso e temos aqui uma série de atividades ao nível interno da organização, 52 e são 29 ações ao nível externo que se dividem em três dimensões que é diversidade e coesão social do município, o reforço do equilíbrio de género e a igualdade de género e não discriminação em função do sexo. Temos estas três



dimensões essencialmente e estes quatro objetivos que é a igualdade de género e não discriminação em função do sexo que é desenvolver competências em igualdade de género e não discriminação nos agentes comunitários, temos onze ações. Promover o reforço do equilíbrio de género e aumentar esse equilíbrio 5 ações, diversidade e coesão social num município, criar espaços públicos multifuncionais promotores da sociabilidade, inclusão das pessoas de todas as idades em condições de maior vulnerabilidade e promover o exercício da cidadania, participação da comunidade na vida pública aqui temos 13 ações. Algumas das medidas são só exemplificativas e que nos propomos a desenvolver, que será no âmbito interno, implementar medidas de conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras da Câmara que também somos uma organização piloto e nunca vamos deixá-lo de ser, porque fomos de facto a primeira Câmara municipal do país a obter a certificação na norma 4552/2016 no âmbito da conciliação, portanto nesta matéria vamos continuar focados porque este ano iremos renovar a certificação, que dura normalmente 3 anos com motorizações anuais de auditorias internas e externas. Também criar planos de Acessibilidade, esta matéria esteve hoje aqui em discussão, para os edifícios municipais de cariz sociocultural e desportivo numa primeira instância, mas tentar de alguma forma alargar a outros. Monitorizar o desempenho da organização e do concelho ao nível do desenvolvimento sustentável, tendo em conta os 17 objetivos da agenda 2030, com relatórios de sustentabilidade que já vimos fazendo e a dar continuidade a este trabalho, para podemos sempre ir percebendo como estamos, o que é que podemos melhorar e em que áreas é que podemos e temos de reforçar a nossa intervenção, o ano passado já tivemos uma apresentação alargada também às empresas e queremos reforçar este diálogo com as empresas também nesta matéria, não só a nível interno dos vários serviços mas também com a comunidade exterior. Dinamizar a comissão de ética e implementar um código de conduta para a prevenção de assédio em contexto laboral, também sensibilizar os partidos com representação local para a existência de quarenta por cento de mulheres nos órgãos autárquicos do município e freguesias nos gabinetes de apoio, concorrendo para as metas do programa acelerador de que a Câmara municipal faz parte, também foi um dos primeiros municípios a aderir a nível nacional ao *Global Compact* das Nações Unidas por convite expresso, e que nos permite de alguma forma integrar esta aspiração a nível internacional. Ao nível externo, assinalar as datas temáticas importantes através de atividades diversas com a definição da agenda local anual para a igualdade e cidadania de Lagoa em parceria com os agentes locais, já vimos fazendo e assinalamos várias datas e dias internacionais, para breve temos o Dia Internacional da Mulher em que vamos voltar a anunciar a terceira edição do prémio Maria Barroso, é um prémio bienal destinado a dar ênfase e a divulgar boas práticas dirigidas à promoção da igualdade de cidadania e não discriminação de âmbito nacional

e cuja primeira premiada deste prémio, a doutora Maria do Céu Cunha Rego que foi uma das impulsionadoras ao nível da conciliação da vida familiar, profissional e pessoal, uma das primeiras secretárias de Estado para a igualdade e que muito fez nesta matéria de legislação laboral para permitir a igualdade entre homens e mulheres, mesmo a nível europeu. Aceitou o nosso convite e pertence e é a nossa conselheira externa para a igualdade, que também nos ajudou ao nível do desenho deste plano para o tornar ainda mais ambicioso. Salientar o trabalho que temos vindo a fazer e queremos consolidar que é ao nível da participação pública e da democracia participativa, já temos o orçamento participativo, iniciamos o orçamento participativo jovem e queremos continuar com as assembleias municipais jovens no âmbito da academia My Polis em que capacitamos e formamos os professores no âmbito destas matérias e mobilizamos os professores de educação para a cidadania em que se favorece a participação dos jovens na gestão da comunidade, têm feito propostas que em colaboração com nosso gabinete igualdade de género cidadania e na interlocução com os vários serviços do município vamos tentando executar com eles e que eles percebam como é que funciona a organização, como é que funcionam os serviços do município, como é que se concretizam determinadas matérias, capacitando-os para perceberem que não é só fazer a proposta, mas também para perceberem como é que chegámos à sua concretização tem sido um projeto também muito bem conseguido com a academia *My Polis 4.0*, fomentar a prática desportiva também das raparigas nos desportos subrepresentados face aos dados que obtivemos ao nível do diagnóstico. Por fim, concluir que este quarto plano municipal para a igualdade e não discriminação de Lagoa, já vamos no nosso quarto plano e somos persistentes nesta matéria e queremos continuar a ser também uma organização que se pode orgulhar destas matérias, que somos sobejamente conhecidos quer a nível regional como a nível nacional e, isto espelha o compromisso do município e de todas as pessoas que fazem parte dos órgãos municipais, com o compromisso com uma cultura de direitos humanos de liberdades fundamentais em todos os aspetos da vida das pessoas, consciencializando cada vez mais todos e todas que somos responsáveis por uma escola, por uma organização, por um por um concelho, por um país e por um mundo de paz, justiça, liberdade e democracia. Nós podemos intervir individualmente para conseguir que estas ações tenham um impacto maior e global. Construir uma comunidade sustentável é o nosso objetivo e que toda a gente possa fazer escolhas criativas, diferenciadas e ter as suas aspirações e necessidades para contribuirmos para uma construção social e cultural de género em que as pessoas possam ser simplesmente felizes e viver, visitar, trabalhar e estudar em Lagoa e ser respeitadas por isso, porque todos e todas somos agentes de mudança. Obrigada. Estarei disponível para alguma questão que queiram fazer em relação a estes documentos. -----

----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu à Doutora Sandra Generoso pela sua eloquente apresentação, breve, precisa e concisa. Uma vez que há disponibilização quer do senhor Presidente da Câmara quer da Doutora Sandra Generoso para prestar os esclarecimentos reputados necessários, que os senhores deputados municipais queiram fazer, declarou abertas as inscrições para este ponto. Não havendo inscrições, reiterou o agradecimento à doutora Sandra Generoso pela sua apresentação. Tendo chegado ao termo da ordem do dia, a Mesa propôs que a ata da presente sessão fosse aprovada em minuta, nos termos do disposto no Art. 34º, nº 4 do Código do Procedimento Administrativo e do Art. 57º, nº 3 do Anexo 1 da Lei 65/2013 de 12 de setembro, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, foi dado o uso da palavra ao senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato para leitura da ata em minuta. -----

----No uso da palavra concedida, o senhor 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal **Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato**, cumprimentou os presentes e leu a seguinte minuta: « A sessão começou às vinte e uma horas e oito minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa deu início aos trabalhos saudando todos os presentes nomeadamente o Presidente e vice-presidente da Câmara municipal de Lagoa, as senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, concidadãos presentes e saudações e agradecimentos aos técnicos e demais funcionários do município que dão assistência a esta sessão, foi esclarecida que a presente sessão, bem como as medidas que foram implementadas face à doença COVID-19 que serviram de enquadramento da realização da mesma, enquadra-se na Resolução do Conselho de Ministros nº 25-A/2022 de 18 de fevereiro, tendo sido esclarecidos os principais cuidados que todos devem ter em conta. De seguida foram lembradas a todos os presentes de todas as recomendações de forma a garantir um bom decorrer dos trabalhos bem como a recolha áudio, sendo esclarecido que a gravação e suporte áudio destina-se a apoio na elaboração da ata. Período de intervenção dos cidadãos, o senhor Presidente da Assembleia informou que conforme previsto nos prazos estabelecidos deram entrada duas intenções de intervenção via e-mail dando a palavra à Senhora Maria de Fátima cândido e ao senhor Bruno Silva, tendo de seguida o senhor Presidente da Câmara esclarecido e respondido às questões suscitadas. Ponto 2 - Período antes da ordem do dia, leitura do expediente foi dispensada por unanimidade, uma vez que todos receberam via e-mail a mesma entre novembro e a presente sessão. Substituição de deputados municipais, o senhor Presidente da Assembleia informou que foram pedidos três pedidos de substituição, um por parte do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, dois por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista,

bem como se verifica a substituição do senhor Vereador Francisco Martins do Movimento Lagoa Primeiro pela vereadora Rita Ruivinho, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarecido que se regista a ausência da deputada municipal Carlota Andrade em representação do Grupo Municipal da CDU. Apreciação e deliberação das atas foi posta à análise e votação a ata número 2 de 2021 da sessão extraordinária de 10 de novembro de 2021, posta a análise, a correções e discussão, na ausência de intervenções a mesma foi aprovada sem votos contra. Aberto o período de intervenção dos Grupos Municipais para apresentação de votos, moções e recomendações, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que dentro dos prazos previstos não deram entrada nenhum voto, moção e recomendação. O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou da sua participação na qualidade de Presidente da sessão da Assembleia Municipal de Lagoa no dia 19 de fevereiro no terceiro Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais que se realizou na Covilhã, tratando-se de um Congresso eletivo em relação aos diversos órgãos sociais da ANAM que foram enumerados e cuja temática dominante foi a regionalização, tendo sido destacados que no Algarve sai reforçada a sua representação nos órgãos sociais da ANAM que foram enumerados, destacando que o município de Lagoa foi eleito para a mesa do Congresso que é por inerência a mesa do Conselho Geral. O senhor Presidente da Assembleia municipal de seguida abriu o período de intervenção referente a assuntos gerais de interesse do município, verificaram-se dez intervenções, 4 do Grupo Municipal do PSD, 2 do senhor deputado municipal José Inácio e 2 do senhor deputado municipal Joaquim Cabrita, uma do Grupo Municipal Chega, deputada municipal Lurdes Alemão, 4 do Movimento Lagoa Primeiro, 2 do senhor deputado municipal José Alves Pinto e duas do senhor deputado municipal Diamantino Ruivinho. A primeira intervenção apresentou um voto de pesar e uma do grupo municipal do PS, deputado municipal Pedro Lobato na qualidade de curador da Comissão Eventual para as Comemorações de 25 de abril, o voto de pesar referido ao cidadão lagoense e bombeiro Rui Manuel Neves Farinha foi aprovado por unanimidade, que se fará chegar à família. Por solicitação do Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara por três vezes esclareceu e elucidou as questões suscitadas. Ponto 3 - Período da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o aditamento amplamente divulgado e que será o sexto ponto da ordem de trabalhos. Primeiro ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção e debate e face à ausência de intervenções passou-se ao segundo ponto. No segundo ponto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu a alteração suscitada pela Universidade do Algarve que foi divulgado via e-mail e no sítio da Assembleia municipal de Lagoa, postos a análise e discussão e face à ausência de intervenções o Presidente da Assembleia Municipal esclareceu pormenorizadamente a sua Constituição, posta à votação foi aprovado por

maioria com 23 votos a favor, 16 do PS, 2 do Movimento Lagoa Primeiro, 3 do PSD, 1 do Chega e 1 do Bloco de Esquerda e um voto em abstenção por parte do deputado municipal do Grupo do Movimento Lagoa Primeiro José Alves Pinto, nenhuma declaração de voto foi apresentada. Terceiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu e enquadrou o ponto, aberto o período de análise e discussão verificou-se uma intervenção por parte do Grupo Municipal do PSD, deputado municipal Joaquim Cabrita. O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de votação tendo ponto sido aprovado por maioria com 20 votos a favor, 16 do PS, 3 do Movimento Lagoa Primeiro e 1 do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda e 4 votos em abstenção, 3 do PSD e 1 do Chega, nenhuma declaração de voto foi apresentada. Quarto ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu e enquadrou o ponto e posta a análise e discussão verificou-se uma intervenção do senhor deputado municipal do PSD José Inácio apresentando uma sugestão que foi acolhida. O senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu período de votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com 24 votos a favor. Quinto ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Presidente da CPCJ de Lagoa doutora Patrícia Jacinto para apresentação e defesa do referido relatório, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à doutora Patrícia Jacinto pela qualidade e rigor da apresentação enaltecendo o trabalho meritório abnegado e nobre em prol das crianças e jovens de Lagoa. Aberto o período de análise e intervenção verificaram-se 2 intervenções, uma parte do Grupo Municipal do PSD, deputado municipal João Rocha e uma do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, deputado municipal Jorge Ramos. O senhor Presidente da Câmara esclareceu e elucidou as questões suscitadas. Sexto ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que delegou na doutora Sandra Generoso a apresentação e defesa do referido relatório. O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação eloquente da doutora Sandra Generoso e aberto o período de esclarecimentos e face à ausência das mesmas, por volta das vinte e três e trinta e três minutos a sessão foi encerrada. Muito obrigado.»-----

-----**José Manuel Correia Águas da Cruz**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lagoa, agradeceu e questionou se haveria pedidos de intervenção para alguma retificação, reparo ou correção à ata em minuta, apresentada pelo senhor Secretário. Na ausência de pedidos de intervenção sobre a matéria, procedeu-se à votação da ata em minuta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhum assunto a tratar a Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2022. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



---

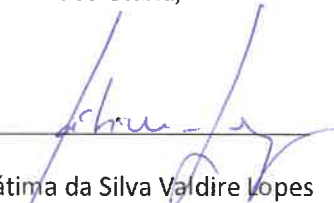
José Manuel Correia Águas da Cruz

O 1º Secretário,

---

Pedro Alexandre Triberes Barradas de Souza Lobato

A 2ª Secretária,



---

Maria de Fátima da Silva Valdire Lopes